

Ata n.º 15
Sessão Ordinária

Ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Queluz, sito na Rua D. Pedro IV, n.º 1, em Queluz, reuniu a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, em Sessão Ordinária convocada pelo seu Presidente, Manuel Frederico, com a seguinte Ordem do Dia:-----

1. Apreciar e votar as atas das reuniões anteriores;-----
2. Apreciar e votar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas – Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2022;-----
3. Apreciar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;-----
4. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de deliberar sobre a concessão de apoios, nos termos constantes das minutas de Contrato Interadministrativo, a celebrar entre o Município de Sintra e a União das Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas;-----
5. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e o Oculista Central de Queluz;-----
6. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e o Olhar Definido, Óptica e Serviços, Lda.;-----
7. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e a Arte de Aprender;-----
8. Apreciar e votar, ao abrigo do disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Queluz e Belas e o Centro Social Sagrada Família;-----
9. Apreciar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia e respetiva Informação Financeira referente ao 1º Trimestre de 2023;-----
10. Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião.-----

Estiveram presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes das respetivas listas de presença que se anexam à presente ata. (Anexo 1)-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa da Assembleia cumprimenta todos os presentes e agradece à Associação dos Bombeiros Voluntários de Queluz a cedência do salão para poderem realizar esta sessão. Começa por dar início ao período destinado ao público, no qual se inscreveu o cidadão, Sr. Luís Vaz.-----

O Sr. Luís Vaz cumprimenta todos os presentes e refere que o que o traz aqui é para relatar o que se tem passado neste ano e meio, desde que o confinamento terminou, em específico na Rua António Enes, número 55. Têm sentido uma crescente falta de segurança devido à existência de motins na referida rua, roubos, tiroteios, inclusive, tendo a polícia já sido chamada por diversas vezes. A insegurança tem sido constante ao longo dos tempos e, por isso, tomou a iniciativa de vir, porque quando veio morar para esta rua, há três anos atrás, isto não acontecia e todos os moradores do número 55 relatam situações de profundo desagrado. A par disso, a falta de higiene que existe naquela zona, desde o início do passeio onde está a estação de comboios, com um cheiro a urina nauseabundo e que percorre toda a rua com detritos de dejetos de animais e urina das pessoas e a zona onde se encontram os ecopontos e os caixotes do lixo para recolha dos resíduos sólidos. Há uma falta de cuidado permanente, o cheiro com o calor tem sido mais do que muito e, portanto, face a todas estas situações, queria saber que medidas é que o executivo tem tomado, quer do ponto de vista da higiene urbana que manifestamente não aparece, porque a rua está assim há uma série de meses e relativamente à segurança, chamam a polícia, esta aparece, as pessoas vão embora, mas assim que a polícia vai embora, voltam novamente e há uma falta de segurança constante.-----

Não sabe se porventura a Câmara ou mesmo a Junta tomaram a iniciativa da instalação de câmaras de videovigilância para dissuadir as pessoas que por lá passam. O bar tem tido uma frequência muito estranha porque há três anos não era assim e atualmente há desacatos a toda a hora. Portanto, face a todos estes pontos que referiu, gostaria de saber o que é que o executivo tem a dizer sobre estes dois pontos que são essenciais.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas cumprimenta todos os presentes e refere querer que as suas primeiras palavras também se dirijam à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz porque de facto as nossas corporações de bombeiros têm sido um excelente aliado no sentido de nos disponibilizarem espaços onde o público possa estar presente e possa como fez agora este nosso freguês, expor as situações que os preocupam diariamente, seja momentaneamente, ou seja uma situação mais recorrente.-----

Procurando responder às questões que colocou refere que relativamente à higiene urbana e da segurança mais concretamente, mas também falou da questão do bar. Quanto a esta matéria, não temos como chegar e intervir diretamente porque é uma competência da Câmara Municipal de Sintra, ou seja, quem tem os meios para recolher o lixo ou proceder à lavagem dos contentores ou das ruas, no caso do concelho de Sintra, não são as Juntas, mas os municípios, portanto, as Câmaras Municipais.-----

De qualquer das formas, sempre que é levantada qualquer questão e aproveita para lhe dar a conhecer que a Junta de Freguesia tem uma plataforma que é chamado o QBon, tal como a Câmara Municipal de Sintra tem uma que é o Sintra Resolve, mediante o qual os próprios cidadãos podem diretamente dirigir-se e levantar as questões. Se nos dirigir tal como fez agora, vamos colocar na nossa plataforma as suas questões, se bem que

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

elas já tenham sido objeto de reencaminhamento para a Câmara, mas vamos voltar a fazê-lo e porquê? Porque neste momento sendo nós a introduzir a aplicação, só se tivermos os dados do senhor, mas se nos quiser dar os seus dados no final, isso vai permitir que quando fizermos a reclamação, o senhor vai ter um conhecimento direto do pedido que seguiu para a Câmara e da resposta que vai ser dada pela mesma. E assim fica conhecedor daquilo que a Câmara vai informar relativamente a estas questões que infelizmente são recorrentes. Aquele espaço tem sido objeto de diversas intervenções mesmo da própria polícia, como aliás, acabou de referir, e são situações de segurança pública e de circulação de pessoas que não vêm pelos melhores meios e para as melhores atuações e, portanto, nessa medida é sempre a PSP que tem de ser chamada ao local ou a Polícia Municipal, mas a PSP como está mais perto tem a capacidade de intervir o mais rapidamente possível.-----

Daquilo que tem falado com a PSP relativamente a algumas questões que têm sido colocadas, eles têm intervindo sempre que lhes pedem, mas não será tão rápido quanto necessário porque também estão com outras intervenções, mas pelo que lhe é dado a conhecer, eles têm sempre intervindo e procurado resolver as questões no momento.-----

Relativamente à questão da videovigilância e do funcionamento do bar, isto já foi dito aqui em diversas sessões e é público que, a questão da videovigilância, foi um alerta dado pela Junta de Freguesia de Queluz e Belas aquando da celebração dos contratos locais de segurança celebrados com o Ministério da Administração Interna e nós entendemos nessa altura que, para além de outras medidas a serem implementadas em determinadas áreas da freguesia, o sistema de videovigilância devia ser implementado. A partir daí, houve um conjunto de iniciativas e a Câmara Municipal de Sintra perante algumas situações que ocorreram em alguns espaços, nomeadamente, em algumas estações da CP, já aprovou um programa e uma implementação de um sistema de videovigilância em algumas áreas do concelho de Sintra e esse programa foi objeto de apreciação e ponderação por parte das forças de segurança e pelo próprio Ministério da Administração Interna porque segue procedimentos extremamente rigorosos. Houve um retrocesso no sentido de que havia algumas medidas que foram entendidas pela comissão que faz essa avaliação que necessitava de outras clarificações e, portanto, ao que nós temos conhecimento, mas isto não lhe pode garantir, já terá sido de novo remetido. Por isso, esperamos que muito em breve o sistema de videovigilância passe a operar aqui no concelho de Sintra e isso também vai trazer outras vantagens a par daquele sistema de minicâmaras que a própria PSP vai passar a poder usar para minorar e tentar atenuar, senão eliminar, que era o desejável, este tipo de situações criadas por pessoas que de facto poderiam estar a fazer algo mais importante e fundamental para colaborar com a restante sociedade e não o fazem.-----

Relativamente ao bar, já fomos lá com a Câmara Municipal de Sintra ver aquele espaço no âmbito de uma intervenção que se pretende levar a efeito naquela zona porque aquele espaço é um espaço muito nobre de Queluz e que merece voltar a ser recuperado e, nesse sentido, denunciámos de imediato há algum tempo, à Polícia Municipal também, a situação do funcionamento daquele bar. Achámos muito estranho existir ali um bar. Aquilo fazia parte de um conjunto de padarias que neste momento estão para leilão e achamos estranho que esta fazendo parte de outras padarias que estão para leilão, esteja a servir para o funcionamento de um bar. O que não tem legitimidade nenhuma, no nosso entender.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Portanto, de imediato, denunciámos à Câmara quando foi connosco e à própria Polícia Municipal e certamente terão sido já levantados os respetivos autos, mas a verdade é que o estabelecimento ainda está a funcionar. Nós também estamos a acompanhar a situação porque tem trazido muitos incómodos para quem passa por ali, mas também para outros estabelecimentos que ali funcionam e de facto não é nada bom para uma zona que sempre foi uma zona nobre e, por isso, merece voltar a ser requalificada como tal. Nós estamos a acompanhar diretamente essa situação porque queremos intervir ali naquele espaço.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Borges (1º Secretário) que por sua vez cumprimenta todos os presentes e dá conhecimento de um e-mail remetido pela Vogal Ana Cristina Gouveia que passa a ler: “Boa tarde, Venho por este meio pedir a renúncia ao cargo de vogal pelo Chega por motivos profissionais, bem como solicitar a minha substituição”.-----

De seguida, passa a dar conhecimento dos pedidos de substituição das diversas bancadas:-----

- da bancada do PS, a Vogal Simone Maciel não pôde comparecer e foram convocados os seguintes vogais, que por sua vez também pediram a respetiva substituição: Catarina Lalanda, Arsénio Lopes, Carolina Ribeiro, David Gomes, Joana Ventura, Pedro Penedo, Jorge Ferreira, Renata Valente, Mário Natalino e Zélia Fonseca. Foi convocado o Vogal Hugo Frederico que se encontra presente;-----
- da bancada da CDU, a Vogal Helena Freitas não pôde comparecer e foi convocado o Vogal David Trabuco que se encontra presente;-----
- da bancada do CDS, o Vogal Silvino Rodrigues não pôde comparecer e foi convocado o Vogal José Ferreira que não pôde comparecer, tendo sido convocado o Vogal Luís Seixas que se encontra presente;-----
- da bancada do PSD, o Vogal António Caxaria não pôde comparecer e foi convocada a Vogal Ana Cristina Santiago que se encontra presente;-----
- a Vogal Independente Ana Brinco não pôde comparecer.-----

O Presidente da Mesa dá conhecimento da documentação entregue pelas diversas bancadas: da IL temos um requerimento, uma moção e uma recomendação, do PS temos 2 moções, do BE temos 1 moção e 1 recomendação, do PSD temos 2 moções e da CDU temos 2 moções e 1 saudação.-----

Para começar, dá a palavra ao Vogal Pedro Rola para proceder à leitura do respetivo requerimento.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) cumprimenta todos os presentes e passa a ler o “Requerimento para destituição da Mesa-----

A IL – Iniciativa Liberal considera que:-----

1. O tratamento que é dado aos vogais das várias bancadas que compõem esta Assembleia é diverso, com claro e evidente favorecimento da força política a que pertencem TODOS os elementos que compõem a Mesa,-----
2. A composição da atual Mesa da Assembleia não representa a relação de forças presente nesta Assembleia, resultante do resultado das últimas eleições autárquicas;-----
3. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, foram aprovadas com o voto de qualidade do atual Presidente da Mesa, quando tal situação resultou, apenas e só, pela ausência de um dos vogais

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

da bancada do CDS/PP, cujo sentido de voto foi “Contra”, numa interpretação que é legal à luz do nosso regimento, mas politicamente imoral, pois não transmite a vontade dos eleitores expressa nas últimas autárquicas.-----

4. A passagem de um dos vogais do CDS/PP à condição de independente, vem potenciar a ocorrência de uma maior utilização do voto de qualidade do Presidente da Mesa, que como é referido nos pontos anteriores não representa a correlação de forças existente na AF e, do nosso ponto de vista, condiciona a imparcialidade que lhe seria exigível.-----

Assim, a IL – Iniciativa Liberal, vem ao abrigo do artigo 12º do Regimento da AF de Queluz e Belas, requerer a Destituição da Mesa da Assembleia.”-----

O Presidente da Mesa informa que ia pôr o requerimento à admissão e questiona se algum vogal quer intervir, dando a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) cumprimenta todos os presentes e agradece à Associação Humanitária dos Bombeiros de Queluz pela cedência da sala. De seguida, refere que isto é um requerimento elaborado pela Iniciativa Liberal e os requerimentos não se votam, não sabe quais as intenções dessa bancada, já percebeu que é destituir a mesa, mas com um requerimento assinado pela Iniciativa Liberal não sabe o que é que poderá acontecer. Julga que a Mesa pode pronunciar-se se quer ser destituída ou não. Para ser votado tem de ser uma proposta ou uma moção, mas os requerimentos não se votam.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) refere que já tinha lido o referido requerimento e chegou à conclusão de que isto não pode ser assim. Tem de ser objeto de uma assembleia extraordinária para o efeito, segundo o nosso regimento.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) cumprimenta todos os presentes e declara que o partido Socialista vê com alguma incredibilidade esta iniciativa que não se percebe muito bem da Iniciativa Liberal. De facto, como bem disse a bancada da CDU, isto é um mero requerimento e um requerimento entrega-se para que haja um ato de quem recebe esse requerimento no sentido de lhe ser provido um documento. Portanto, não percebe se a IL quer que a Mesa diga se se destituiu a si própria ou não, até porque a forma de destituir a Mesa é muito simples. Há uma lista, é votada e segue exatamente nos mesmos termos que seguiu a nomeação da Mesa, além do mais, não se consegue perceber a forma jurídica que se usa que é um requerimento.-----

Mais, podemos sempre perguntar qual é a solução da Iniciativa Liberal? Qual é a lista que a Iniciativa Liberal tem para apresentar a esta Assembleia de Freguesia para substituir esta Mesa? Se a Mesa se demite hoje o que é que acontece? Ficamos à espera de que a Iniciativa Liberal vá recolher os apoios que entende para substituir a Mesa? Qual é a consequência jurídica disto? Nenhuma, porque é um requerimento.-----

Portanto, não entendem e além do mais limita-se a fazer considerações sobre uma vogal que nem na assembleia está, o que no mínimo é um pouco descortês de quem faz essas afirmações e, por outro lado,

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

limita-se a falar daquilo que já todos sabem. A Mesa tem esta composição porque no início deste mandato ninguém quis fazer parte da Mesa e foram feitos vários contactos nesse sentido e ninguém quis.-----

O que o senhor da Iniciativa Liberal agora quer, quase que num ato desesperado de prova de vida ou de tentar ser o líder da oposição nesta Assembleia de Freguesia, é arranjar aqui uma cortina de fumo que não se percebe muito bem para quê. Percebem, mas a consequência é que não conseguem chegar.-----

Gostava de saber com quem é que o senhor vogal vai fazer a Mesa e, já agora, saber se o senhor vogal como autor deste requerimento, assume a sua responsabilidade e candidata-se a Presidente de Mesa.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que independentemente das questões que foram referidas pelo Vogal Filipe Borregana que acredita que estejam corretas e corroboradas pelo Vogal Hugo Frederico, vai ler aquilo que diz o artigo 12º do nosso Regimento: “Destituição da Mesa – os membros da Mesa poderão ser destituídos em qualquer momento por deliberação tomada pela maioria do número legal de membros da assembleia e por escrutínio secreto”, ou seja, esta assembleia tem poder pleno para destituir em qualquer momento os membros da Mesa.-----

Respondendo à questão, a Iniciativa Liberal entende que a composição da Mesa atual e isto não tem a ver com as pessoas que a compõem, tem a ver com as posições políticas e aquilo que entendem sobre a Mesa é que esta não tem condições políticas para continuar a exercer o seu mandato. É esta a leitura da Iniciativa Liberal. E é isto que pedem que seja votado nesta assembleia. É se os senhores vogais estão disponíveis para continuar a ter esta Mesa da Assembleia, nas circunstâncias políticas que se alteraram recentemente, com tudo o que já vem de trás, mas tendo agora como ponto principal a alteração do quadro das bancadas nesta assembleia, ou, se por outro lado, pretendem continuar como estão e não querem destituir esta Mesa.-----

E o ponto que está aqui é a destituição da Mesa, e no entender da Iniciativa Liberal esta Mesa não tem condições políticas para continuar. Isto não tem nada a ver com o que vai acontecer a seguir. O que vai acontecer a seguir, é que os partidos que estão aqui vão ter de assumir as suas responsabilidades, cada um deles e obviamente que os partidos com maior representação a seguir ao Partido Socialista, terão mais responsabilidades a assumir para constituir uma outra Mesa, mas o que está aqui em causa não é a votação de uma nova lista. É se esta Mesa tem ou não tem condições e do ponto de vista da Iniciativa Liberal, esta Mesa não tem qualquer condição para continuar a exercer funções. É este o ponto.-----

Por fim, só para dizer que a Iniciativa Liberal está disponível para apoiar qualquer lista que se candidate à Mesa, com duas condições: cujo Presidente não seja do Partido Socialista e que seja uma lista pluripartidária, que tenha mais do que uma representação partidária.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) afirma que não quis entrar na questão política porque são as questões políticas da Iniciativa Liberal, mas isto para ser votado tem de ser uma proposta, não poder ser um requerimento. A Iniciativa Liberal e o Vogal Pedro Rola têm toda a legitimidade de pedir a destituição da Mesa, não pode é ser através de um requerimento. Tem de ser através de uma proposta porque um requerimento não se vota. Este é o primeiro ponto.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O segundo ponto, o Vogal Pedro Rola também não pode deixar um vazio legal que é destituir-se assim uma Mesa sem haver uma proposta para a constituição de uma nova Mesa, a não ser que isto pare e que se marque uma assembleia extraordinária até se encontrar uma lista. Está no seu direito de pedir a destituição da Mesa, ninguém põe isso em causa e nem a bancada da CDU o faz, mas o Regimento é muito claro que pode pedir, não é por um requerimento, tem de ser através de uma proposta para ser posta à votação nesta assembleia e por voto secreto.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa declara que após ouvir as diversas bancadas, o que daí retira é que o requerimento não deve constar da discussão nesta assembleia e esperam que numa próxima sessão, o Vogal Pedro Rola da Iniciativa Liberal apresente uma proposta de forma a poder ser votada e dá a palavra ao referido vogal.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que tendo em conta o constrangimento processual que foi referido e que admite perfeitamente correto, terá de ser apresentada uma proposta numa outra assembleia. Volta a referir e é importante que o que está aqui em causa é a destituição da Mesa e não outra lista. Como bem disse o Vogal Filipe Borregana, uma coisa é a questão formal que poderemos não estar a cumprir os formalismos, outra coisa é fazer a proposta de destituição da Mesa e o próprio ao fazer essa proposta não tem de ter nenhuma lista, nem tem de ter alternativa. Não quer esta Mesa e quer que os outros vogais se pronunciem se querem esta Mesa ou não.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) refere que pelo que percebeu do constrangimento burocrático que está aqui em cima da mesa, não é necessário passar a questão para uma outra assembleia porque de acordo com o artigo 12º, a Mesa da Assembleia pode ser destituída em qualquer momento. Não será através de um requerimento, será através de outro formalismo, mas o Vogal Pedro Rola não terá de adiar esta questão se, no seu entendimento, ela é importante para uma outra assembleia.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) declara que só para terminar, se a assembleia ou a Mesa aceitar a alteração deste requerimento para proposta, gostaria de manter a proposta. Se não aceitar, apresentará numa próxima oportunidade pelo que fica à consideração do senhor Presidente, à consideração da Mesa e eventualmente à consideração desta assembleia que é o último recurso.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) declara que o PS não tem nada a objetar à proposta de transformar este requerimento em proposta.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) afirma que a CDU também não. É apenas uma questão de alterar o título.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Neste sentido, o Presidente da Mesa declara que vai propor a proposta à admissão.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2, BE – 2, IL – 1).-----

A admissão da proposta foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) refere que agora a questão é colocar à votação, o voto é secreto, mas desconhece qual será o mecanismo que será usado porque acredita que a Mesa não venha prevenida com boletins de voto específicos para esta questão. O que propõe é que se calhar a mesa deveria chamar cada vogal, todos terão papel, portanto, cada um diz sim ou não e dirigem-se à Mesa para entregar o respetivo papel.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) declara que como já previa este tipo de situação, vem prevenido com boletins de voto. Tem 21 boletins de voto e poderá cada um votar livre e democraticamente, pelo que os faria chegar à Mesa.-----

O Presidente da Mesa agradece e lê o que está escrito nos boletins de voto:-----

“Reunião da Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas – 26/04/2023-----

Votação do requerimento para Destituição da Mesa apresentado pela IL – Iniciativa Liberal ao abrigo do artigo 12º do Regimento.-----

A Favor; Abstenção; Contra”-----

Refere ainda que onde se lê requerimento deverá ler-se proposta e passa à votação da mesma.-----

Votação: 5 a favor; 3 abstenções; 12 contra.-----

A proposta apresentada pela Iniciativa Liberal foi rejeitada.-----

O Presidente da Mesa passa à apresentação das moções e recomendações das diversas bancadas e questiona como é que pretendem que seja feita a ordem de apresentação das respetivas moções sobre o 25 de Abril e sobre o 1º de Maio.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) declara que uma vez que o número de moções é generoso, o que proponha era a admissão ser feita em bloco, ou seja, como o senhor Presidente tem moções sobre o 25 de Abril e sobre o 1º de Maio, em vez de estarem a votar uma a uma, era votarem em bloco e davam-se todas aprovadas à admissão.-----

Neste sentido, o Presidente da Mesa questiona se alguém discorda que as moções do 25 de Abril e do 1º de Maio sejam analisadas em conjunto. Atendendo a que todos os vogais concordaram, coloca à votação a admissão das moções do 25 de Abril e do 1º de Maio, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Luís Garcez (CH) cumprimenta todos os presentes e refere que apenas queria fazer um pedido. Questiona se o Presidente da Mesa permite que apresentem uma intervenção sobre o 25 de Abril uma vez que não enviaram a moção em devido tempo.-----

O Presidente da Mesa concorda com o pedido da bancada do Chega e dá a palavra aos vogais que queiram apresentar as moções sobre o 25 de Abril.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) pede a palavra e declara que pelo que percebeu a questão que o Vogal Luís Garcez coloca não é essa. A questão colocada é que tem uma moção para entregar e que não entregou em tempo útil, pelo que percebeu, e se não há oposição desta assembleia no sentido de ela poder ser discutida. Da parte do Partido Socialista, não há qualquer tipo de objeção e pode ser admitida.-----

Tendo a concordância de todos os vogais relativamente à apresentação da moção da bancada do Chega, o Presidente da Mesa dá a palavra aos vogais que queiram apresentar as respetivas moções sobre o 25 de Abril.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) passa à leitura da moção intitulada **“25 de Abril 1974”**. (ANEXO 2)-----

A Vogal Vanessa Brito (PS) passa à leitura da moção intitulada **“25 de Abril”**. (ANEXO 3)-----

O Vogal David Trabuco (CDU) passa à leitura da moção intitulada **“Viva o 25 de Abril e o 1º de Maio!”**. (ANEXO 4)-----

Finalizada a leitura das moções sobre o 25 de Abril, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) declara que com este enquadramento, o PS tem a moção do 1º de Maio, pelo que passavam à respetiva leitura.-----

O Presidente da Mesa afirma que depois de discutidas as moções sobre o 25 de abril, vai colocar as mesmas à votação final e que só depois passará à leitura das moções sobre o 1º de Maio. A CDU colocou uma moção que incorpora os dois temas.-----

De seguida, dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) informa que o documento que foi entregue levava uma gafe que ao ler já retificaram e que é referente às comemorações populares do 49º e não do 48º aniversário. São lapsos de escrita, mas para dizer que não alteram documentos depois de serem entregues às bancadas.-----

Dando continuidade à leitura das moções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Luís Garcez (CH) passa à leitura da moção intitulada “Moção política sobre o 25 de Abril”. (ANEXO 5)

O Presidente da Mesa questiona se os vogais pretendem falar sobre as moções que foram apresentadas e dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) cumprimenta todos os presentes e declara que pretende referenciar relativamente à moção da Iniciativa Liberal. Quando começou a ler a mesma questionou-se se iria votar a favor. Tem um princípio correto e historicamente adequado, mas depois no final, apresenta o programa da Iniciativa Liberal com o qual está em completa contradição com aquilo que foi o 25 de Abril e as suas conquistas. Arrisca-se a dizer que só faltava mais um parágrafo para introduzir as propostas liberais de uma Primeira-Ministra inglesa, da qual não se recorda do nome, mas que esteve lá uns dias e que propunha um objetivo semelhante e de acordo com o programa liberal baixar os impostos aos mais ricos, os escalões mais elevados desapareciam e baixar os impostos das empresas. Parece que aquilo não vingou e acabou por ser substituída. É aquilo que lhe parece e que pode vir a acontecer ao programa da Iniciativa Liberal. Gosta do nome iniciativa e do nome liberal, mas de facto este programa não nos leva a lado nenhum.-----

No que diz respeito à intervenção do Chega nesta assembleia, é o habitual de um projeto populista que à custa de mentiras, de *fake news* e à custa de situações que até são verdadeiras, sabemos as dificuldades que o povo está a atravessar e agarrando-se a essas dificuldades, o objetivo é tentarem subir na escala da votação e virem a ter mais votos nas próximas eleições. No que diz respeito ao seu programa, é zero, não têm alternativas, não têm propostas e, portanto, trata-se de um projeto populista que aliás é comum, hoje, na Europa e que infelizmente nos está a atravessar e que tem vindo a crescer, mas com o qual a bancada do Bloco de Esquerda se opõe e que luta contra e é isto que não tem nada a ver com o 25 de Abril.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) começa por cumprimentar todos os presentes porque não teve oportunidade de o fazer anteriormente e agradece aos Bombeiros Voluntários de Queluz por lhes terem cedido uma vez mais esta sala para estarem aqui reunidos.-----

Relativamente às moções sobre o 25 de Abril quer apenas dizer que o Partido Social Democrata não apresentou nenhuma moção sobre o 25 de Abril, não questionando naturalmente a importância desta data, mas há aqui uma questão que todos os anos assistem e que é a instrumentalização da data do 25 de Abril e da conquista da liberdade pelos vários partidos políticos e vemos essa instrumentalização na moção da CDU ou através de termos como o processo contra-revolucionário, as concessões reacionárias. Vemos também esta instrumentalização política na moção da Iniciativa Liberal que associa e que tanto jeito dá a palavra liberdade ao conceito de liberalismo e funde os dois conceitos num só e, neste sentido, crê que aquela que menos instrumentalizou a data e saúda-os por isso, foi a bancada do Partido Socialista.-----

Uma última nota em relação à moção do Chega que faz algo que para o PSD é completamente inadmissível, que é questionar a importância da data do 25 de Abril e chegar a colocar a hipótese de que nós estaríamos melhor antes do 25 de Abril do que ao que estamos hoje. Apenas porque não estamos em condições perfeitas, que não estamos socioeconomicamente falando, mas questionar a importância do 25 de Abril e

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

chegar a sugerir que estávamos melhor no tempo de Marcelo Caetano e do Salazar, é algo que para esta bancada não é possível.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) só para responder ao Vogal Paulo Mourão do Bloco de Esquerda, refere que com os resultados que tiveram nas últimas eleições julga que é melhor preocuparem-se com o respetivo programa do que se preocuparem com o programa da Iniciativa Liberal.-----

De facto, falam de 25 de Abril diferentes, para o BE basta a democracia, mas para a IL é preciso a liberdade.---

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) declara querer fazer alguns pontos de ordem à interpretação das suas palavras, nomeadamente, ao Bloco de Esquerda, não se admira, mas tem pena que se tenha engasgado e que a sua noção de democracia seja essa de não aceitar opiniões que não sejam a sua, embora os resultados das eleições o tenham demonstrado, nós estamos aqui por direito próprio, fomos eleitos pelo povo, fregueses desta união de freguesias e, portanto, não podem aceitar e nem sequer lhe vai pedir satisfações ao falar que seriam mentiras, ou *fake news* porque julga que esse tipo de insinuações não são devidas.-----

Com todo o respeito cada um pode manifestar as suas intenções, estão aqui para isso e a democracia diz que nos devemos respeitar mutuamente e não só porque não somos da mesma cor não temos direito sequer a falar ou manifestar-nos.-----

Quanto à senhora Vogal do PSD, só queria esclarecer que não foi de todo intenção do próprio, até porque viveu o 25 de Abril na rua, não foi sua intenção desprezar o 25 de Abril, mas marcá-lo como o marco que foi e as comparações que fez, foi no sentido de demonstrar que apesar de termos conquistado todas as condições, em termos de democracia e de liberdades para podermos crescer, efetivamente, não temos crescido aquilo que podíamos crescer face à governação que temos tido. Portanto, não foi essa a intenção porque antes também não estava melhor senão não estaria aqui naturalmente e dá graças por isso, de haver esta liberdade de nos manifestarmos e demonstrarmos as nossas várias formas de pensar e conseguirmos chegar a um consenso comum e é isso que é bonito na natureza humana e não agredirmo-nos mutuamente só porque não somos da mesma cor.-----

Referiu-se ao 25 de Abril e à evolução que as coisas têm tido para pior, quando tínhamos todas as condições de melhorar.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa coloca a moção da Iniciativa Liberal “25 de Abril de 1974” à votação.-----

Votação: A favor 4 (CDS – 1; CH – 2; IL – 1); Contra: 13 (PS – 8; CDU – 3; BE – 2); Abstencões: 3 (PSD).-----

A moção foi rejeitada.-----

O Presidente da Mesa coloca a moção do Partido Socialista “Moção sobre o 25 de Abril” à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2, BE – 2, IL – 1).-----

A moção foi aprovada por unanimidade.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa coloca a moção da CDU “Viva o 25 de Abril e o 1º de Maio!” à votação.-----
Votação: A favor 6 (CDU – 3; CDS – 1; BE – 2); Contra 1 (IL); Abstenções: 13 (PS – 4; PSD – 3, CH – 2).-----
A moção foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Mesa coloca a “Intervenção política sobre o 25 de Abril” apresentada pela bancada do Chega à votação e dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----
O Vogal Paulo Mourão (BE) questiona se o documento apresentado pela bancada do Chega era uma intervenção ou uma moção. Não tem características de moção, mas era melhor confirmar se é apresentada como moção ou se é uma simples intervenção.-----

O Presidente da Mesa refere que este documento não foi entregue pessoalmente à Mesa e foi lido pela respetiva bancada, aproveitando para pedir que os documentos sejam sempre entregues à Mesa antes das respetivas intervenções de forma a evitar estas situações e dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) afirma que ficaram com a ideia de que era uma moção e daí terem dado anuência. Se fosse uma intervenção política podia ter sido feita em qualquer outro momento nesta assembleia.-----

O Presidente da Mesa solicita ao Vogal Luís Garcez que esclareça esta situação.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) afirma que podem interpretar o documento como moção porque mesmo as outras moções não pedem nada, portanto, pode perfeitamente ser considerado moção à vista e semelhança das outras.-----

Neste sentido, o Presidente coloca a moção do Chega “Moção política sobre o 25 de abril” à votação.-----
Votação: A favor 2 (CH); Contra 13 (PS – 8; CDU – 3; BE – 2); Abstenções 4 (PSD – 3; IL – 1).-----
A bancada do CDS não votou porque o respetivo vogal ausentou-se no momento da votação.-----
A moção foi rejeitada.-----

Atendendo a que ainda há várias moções para serem apresentadas e à hora já tardia, o Presidente da Mesa solicita que sejam um pouco mais sintéticos de forma a poderem avançar de uma forma mais célere e coloca a admissão da moção do PS sobre o 1º de Maio à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----
A admissão da respetiva moção foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) cumprimenta todos os presentes e passa à leitura da moção intitulada “1º de Maio”. (ANEXO 6)-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa coloca a moção do PS à votação.-----

Votação: A favor 10 (PS – 8; BE – 2); Contra 3 (CDU); Abstenções 7 (PSD – 3; CDS – 1; CH – 2, IL – 1).-----

A moção foi aprovada por maioria.-----

Passando à recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) refere que gostaria de obter um esclarecimento porque esta recomendação a determinada altura, no quarto parágrafo diz que o Grupo Político Municipal da Iniciativa Liberal propõe à Assembleia de Freguesia.-----

Não entende como é que o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal propõe o que quer seja a esta Assembleia de Freguesia e gostava de obter esse esclarecimento de como é que podem votar esta recomendação.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) declara que de facto foi um lapso e que esta recomendação foi apresentada e é apresentada em várias assembleias de freguesias. Onde está Grupo Político Municipal da Iniciativa Liberal, devia ler-se a bancada da Iniciativa Liberal desta Assembleia de Freguesia pelo que agradecia que considerassem esta retificação porque de facto o início deste parágrafo está incorreto.-----

O presidente da Mesa questiona se alguém se opõe à alteração do parágrafo conforme esclarecido pelo vogal da Iniciativa Liberal. Não havendo objeções, coloca à votação a admissão do respetivo documento.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A admissão da recomendação foi aprovada por unanimidade.-----

De seguida, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) passa à leitura da recomendação intitulada **“Informação e Transparência na gestão do património municipal”**. (ANEXO 7)-----

O Presidente da Mesa coloca a recomendação da IL à votação.-----

Votação: A favor 7 (PSD – 3, CDS – 1, CH – 2, IL – 1); Contra 11 (PS – 8, CDU – 3); Abstenções 2 (BE).-----

A recomendação foi rejeitada.-----

O Presidente da Mesa coloca a admissão da moção do BE intitulada **“Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores”** à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A admissão da respetiva moção foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) passa à leitura da respetiva moção. (ANEXO 8)-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) menciona que mais uma vez, o que não é espanto, o Bloco de Esquerda não fala de escola. Fala de escola pública e, portanto, a nossa posição é muito clara sobre isto. Iremos votar obviamente contra. Somos a favor da escola, não da pública, nem da privada, nem da cooperativa. Somos a favor da escola de forma universal. Somos a favor da descentralização de competências que se calhar é a única coisa positiva que o governo tem feito nesta matéria. A descentralização de competências é uma coisa que é vista com bons olhos, aproximar as decisões de quem está no terreno. Somos a favor da avaliação dos professores porque somos a favor de critérios de meritocracia porque as pessoas não são iguais e os professores obviamente também não são todos iguais.-----

Julgamos que a greve dos professores é um direito como é óbvio e julgamos que o modelo educativo que temos seguido em Portugal, nos últimos anos, não é aquele que nós defendemos. Se tiverem a curiosidade de irem verificar o nosso programa eleitoral que foi apresentado ao eleitorado, sabem ou saberão com certeza, que o nosso modelo de escola é absolutamente diverso deste, mas ainda assim, achamos que os professores têm todo o direito a recuperar o tempo de serviço porque lhes foi prometido e porque inclusive há outras geografias dentro de Portugal nomeadamente nas regiões autónomas da Madeira e Açores, onde este tempo já foi considerado.-----

Repito, este não é o nosso modelo, esta não é a nossa escola, esta é a escola pública. Nós defendemos a escola e votaremos contra.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) começa por cumprimentar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz e todos os presentes nesta sessão.-----

Relativamente a esta moção, a bancada do PSD vai votar a favor porque estão em causa crianças e jovens que são privados diariamente, desde o início do ano letivo, de aulas porque os professores estão numa luta justa pela defesa dos seus direitos e estão também em causa as famílias que têm de se reinventar para ajudar os seus filhos e podemos dizer mesmo que vínhamos com quase com três anos de pandemia, onde as crianças ficaram prejudicadas sem ir à escola e com ensino à distância. Continuamos neste momento com muitas crianças a não terem aulas, a não terem todas as disciplinas, a não ocuparem verdadeiramente o espaço que é delas e que é a escola. Por isso, não podiam deixar de corroborar com a iniciativa do Bloco de Esquerda.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) refere querer fazer apenas uma pequena alusão. Naturalmente isso são chavões que fazem parte do dia-a-dia e é difícil dizer que não se concorda com algumas coisas e espera que a senhora Presidente da Junta venha a ter esse poder de influenciar o governo e de o obrigar a alterar a legislação e a referência de ser apenas dirigido a um tipo de ensino. No conjunto geral seria de aceitar. A forma limitatória como o bloco de Esquerda põe, deixa-nos um pouco na dúvida.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa coloca a moção do Bloco de Esquerda à votação.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Votação: A favor 9 (PSD – 3, CDU – 3; CDS – 1; BE – 2); Contra 9 (PS – 8; IL – 1); Abstenções 2 (CH – 2).-----
Havendo um empate de 9 votos a favor e de 9 votos contra, a moção foi rejeitada com o voto de qualidade do Presidente da Mesa da Assembleia.-----

O Presidente da Mesa coloca a admissão da moção do PSD intitulada “**Pelas crianças e jovens da União das Freguesias de Queluz e Belas**” à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----
A admissão da respetiva moção foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à bancada do PSD.-----
O Vogal Carlos Diogo (PSD) passa à leitura da respetiva moção. (ANEXO 9)-----

O Presidente da Mesa questiona se alguém quer intervir e dá a palavra à Vogal Inês Fernandes.-----
A Vogal Inês Fernandes (CDU) cumprimenta todos os presentes e refere que gostaria apenas de dizer que têm consciência de todos estes problemas que os CPCJ atravessam, contudo, isto não é uma competência que esteja na esfera do município e muito menos da Junta. Julga que quer o município, quer a Junta, já têm competências que cheguem para dar resposta e que o governo central é que precisa de transferir os valores e colocar os meios necessários na CPCJ, o que não está a acontecer.-----
Por este motivo, a bancada da CDU vai votar contra esta moção.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----
O Vogal Luís Garcez (CH) refere ter ficado com uma dúvida que o deixou pasmado. Este pedido que o PSD aqui expõe e que traz à assembleia é para a Junta de Freguesia, com os dinheiros da Junta, ceder uma viatura à CPCJ? Tendo resposta positiva por parte da bancada do PSD, refere que então iríamos retraindo alguns apoios às pessoas necessitadas para apoiar uma comissão que tem constituição própria e tem estatuto próprio. A CPCJ é um organismo oficial e tem uma constituição própria porque tem legislação própria e não iria comparar com a Associação Humanitária dos Bombeiros que é uma associação supostamente sem fins lucrativos.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----
O Vogal Carlos Diogo (PSD) relembra que a CPCJ não visa o lucro, portanto, não tem qualquer fim lucrativo e acrescenta que os colaboradores da CPCJ são cooptados junto da Câmara Municipal, junto das escolas, em variadíssimos sítios e lá desenvolvem o seu trabalho. Ao contrário do que ouviu, a Câmara Municipal efetivamente tem aqui um papel preponderante e quer dizer à bancada da CDU que a CPCJ é a primeira linha na defesa das crianças e jovens e, portanto, não é uma questão nem do governo central, nem do município só. As crianças e jovens vivem nas ruas onde se faz chichi como veio há pouco um freguês aqui dizer e não está a querer que são as crianças e jovens que o fazem, mas aprendem a ver e a fazer e se for tratado com humanidade e educadas, é disto que se trata.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Se queremos uma Junta de Freguesia que seja próxima e atuante ou se queremos algo que seja deixado mais uma vez para o poder central e não se atua, mas lembrar que não só a Junta de Freguesia e inúmeras pelo país afora, oferece à PSP porque esta intervém localmente e aqui o que se pretende é que à semelhança da CPCJ, a missão dela é intervir localmente e normalmente intervêm em situações de perigo iminente. Claro que tem muitos casos de situações de risco que estão ao lado das famílias. Um técnico tem cerca de duzentos casos para tratar, o que é humanamente impossível.-----

O que se pede é à União de Freguesias juntamente com as outras Uniões de Freguesias que estejam próximo das CPCJ, quer com meios humanos e com meios materiais, nomeadamente, neste caso a viatura.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) achou que devia intervir por causa da questão das competências. O problema é que se formos a ver corretamente, a Câmara Municipal não tem competências e não tem como objetivo e competências andar a construir centros de saúde e muito menos hospitais, mas fá-lo, pelas dificuldades que o governo central tem apresentado. Se formos ver com atenção, não está na competência da Junta de Freguesia fazer o apoio social que faz. A própria proteção civil não está na competência da freguesia, no entanto, há intervenções. Até a PSP da Esquadra de Queluz já recebeu, há uns anos, a oferta de uma viatura. Ainda bem que isso acontece e que são feitos esses apoios porque há falhas do governo central. Lá veremos o dia em que venha a regionalização que nós apoiamos e que as coisas mudem de figura. Não é delegação de competências, é mesmo para transferência de competências e isso não se está a passar e esperamos que num futuro próximo isso aconteça.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) afirma que o Partido Socialista considera que esta moção tem uma razão muito simples. Basta ler a Lei n.º 147/99 que é a lei que cria as comissões de proteção de crianças e jovens e que diz no seu artigo 12º, n.º 3, que “As comissões de proteção são declaradas e instaladas por portaria dos membros do governo”. É tão simples quanto isto, ou seja, a Junta de Freguesia só é aqui chamada para dar uma viatura. Então se calhar o melhor é a Junta de Freguesia fazer como na TAP, dá um subsídio e andam de Uber. É que resumir o papel da Junta de Freguesia que tem um papel relevantíssimo naquilo que a Ação Social faz neste território, à oferta de uma viatura, lamenta dizer, mas acha que é muito pouco. Percebendo a ideia que está por trás e o seu valor, não é isso que está em causa.-----

Pedir à Junta que a única coisa que tem de fazer nisto é, arranjem lá um transporte, confessa que fica um pouco aquém, mais a mais numa comissão que é estatal. Portanto, o Partido Socialista votará contra esta moção.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) declara que não ia intervir a este respeito, mas chega a um ponto em que nós pensamos que já ouvimos tudo e de repente ouvimos qualquer coisa que nos faz pensar que afinal conseguimos ir mais longe na linha do inadmissível porque reduzir esta moção à questão da viatura é um bocadinho limitativo já que também se pede que a Junta de Freguesia pressione a Câmara Municipal de



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Sintra no sentido de reforçar os meios humanos e logísticos, solicitar junto das instituições envolvidas o reforço da intervenção em contexto escolar nomeadamente apoios sociais e psicológicos. Com certeza que os senhores vogais aqui presentes não abarcam os valores, os números da saúde mental em crianças e jovens neste momento no nosso concelho nomeadamente na nossa freguesia.-----

Julga que se calhar escapou a primeira parte da moção em que dizemos aquilo que vimos no relatório e que ouvimos da boca da própria comissão, que a nossa freguesia é a freguesia com maior número de casos, 710, em segundo lugar, vem Rio de Mouro com menos uns 200. Isto é gravíssimo. Estamos a falar de 5 freguesias, a viatura custa 10 mil euros, a dividir por 5 freguesias são 2 mil euros.-----

Têm noção a quantas instituições nós damos 2 mil euros sem sequer questionar o que é que fizeram com esse dinheiro? A quantidade de protocolos no valor de 2 mil euros e acima disso, a quantidade de viaturas que já foram cedidas, não em articulação com outras Juntas, mas apenas pela Junta de Freguesia de Queluz e Belas? Temos noção de que estamos a falar de crianças e jovens? Não estamos a falar de adultos.-----

Afinal qual é o nosso papel aqui se nem crianças e jovens conseguimos defender e nos agarramos a articulados da lei para sacudir a água para cima do município e este sacode a água para cima do capote do Ministério da Educação e andamos nisto. E, pelo caminho, ouviu na primeira pessoa, há menos de um mês, dizerem-lhe que quando há uma situação de risco urgente, as técnicas se metem dentro de um táxi, pago por elas e depois irão receber a despesa daqui a uns tempos e quando têm de ir buscar um bebé recém-nascido ao hospital nem sequer um ovo têm e há necessidade de pedir um emprestado. Quando têm de transportar uma criança com dois anos no carro têm de pedir emprestada uma cadeira porque não têm uma cadeira que custa uns 30 euros. E nós andamos a assinar protocolos com instituições e estamos com receio de apoiar a CPCJ?-----

Isto é de loucos e nunca pensou ouvir tanto argumento contra um auxílio a uma CPCJ.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que não vai falar com o tom irritado da Vogal do PSD, mas é a vontade que tem porque quando estão no governo não criam condições para que as crianças, para que as CPCJ tenham melhores condições de vida. Vocês são responsáveis por essas crianças estarem na rua porque estiveram muitos anos no governo e o que é que fizeram? Nada. E agora, a Junta compra uma viatura, a Câmara põe mais pessoal.-----

A Junta já tem um protocolo com a CPCJ, com um valor. A Câmara tem um protocolo, não sabe se é suficiente ou não, é o protocolo que têm, mas não vamos aqui responsabilizar nem as Juntas, nem as Câmaras com situações que são do governo central e vocês, PSD, tão irritados que estão, deviam ter vergonha na cara quando vêm com estas coisas porque foram um governo e não resolveram problema nenhum.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (CH) refere que o que está aqui na génese tem valor e é real. Já fez parte de uma comissão alargada e ainda hoje faz transportes da linha 144 - violência doméstica e de crianças - sendo um dos seus voluntariados junto da Cruz Vermelha Portuguesa. Só para dizer que sabe o que sente e a sua forma entusiasmada de expor estas situações.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Na génese, tudo o que aqui diz tem valor. O que a nós nos faz um pouco de confusão, é a questão de ser a Junta de Freguesia a ceder uma viatura a uma CPCJ que está no Cacém ou pelo menos estava quando lá esteve, para servir várias freguesias e sendo a União de Freguesias de Queluz e Belas a suportar esse encargo.-----

O contexto é difícil alguém falar contra isso e ainda por cima alguém que possa estar um pouco e conhecer essa pequena realidade que aqui expuseram e ainda há mais por trás e se calhar não seria de mau grado, a questão de a viatura passar para o ponto número dois para a Junta poder solicitar à Câmara o reforço de meios humanos e logísticos incluindo uma viatura para transporte das técnicas.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) declara que não vai apontar o dedo, não vai levantar a voz e vai dizer apenas ao Vogal Filipe Borregana que o mundo hoje é diferente de há quarenta e nove anos atrás. É diferente também de há seis anos atrás e o senhor Vogal podia lembrar-se de uma geringonça, não é que não foi ganha democraticamente, mas que depois apareceu. Podia lembra-se disso e podia lembrar-se efetivamente quando se lembra dos professores na rua, etc., podia lembrar-se dos alunos que não estão a aprender e estamos a falar de crianças e jovens que estão a entrar na marginalidade de uma forma que se não são ajudados, a União de Freguesias de Queluz e Belas é que vai ter problemas. Estas crianças e jovens têm de ser ajudados, mas para serem ajudados tem de haver meios.-----

Já agora vai dar a notícia que a EMAT de Sintra que, até à data, tem estado no nosso território, nós vamos passar para a EMAT da Amadora.-----

Refere ainda que ao não aprovar isto, não fazer chegar à Câmara Municipal e entenda-se que não é a União das Freguesias que vai dar uma viatura. Deu efetivamente, na totalidade, às associações humanitárias, à PSP, a clubes desportivos, etc., mas neste caso, é juntamente com as outras Uniões de Freguesia, atribuir à CPCJ mais um recurso. Os técnicos querem ir fazer visitas domiciliárias e não conseguem porque não têm viatura. É humanamente impossível e esta moção visa muito mais do que uma viatura.-----

O Presidente da Mesa informa que, para além da moção que ainda se encontram a discutir, tem mais uma moção do PSD, mais uma proposta de recomendação do BE, uma moção e uma saudação da CDU, pelo que apela aos vogais que tenham em consideração a hora tardia uma vez que ainda nem deram início à ordem de trabalhos. De seguida, dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que ouviu muitas considerações sobre esta moção, muitas delas de várias bancadas cujo conteúdo se revêm nele. É difícil ficar contra uma moção destas embora tenha sido falado aqui várias vezes e muita gente referiu que não é competência da Junta de Freguesia e obviamente não é competência da mesma. Se calhar nem competência é da Câmara Municipal de Sintra, mas, contudo, temos a Câmara Municipal de Sintra, por exemplo, a construir um polo hospitalar. Também não é competência deles, mas não é criticável do ponto de vista que se faz falta a infraestrutura e se existe disponibilidade financeira, pode não ser um bom princípio, mas os fins justificam os meios.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Portanto, aqui estão perante uma situação que do nosso ponto de vista é similar. Gostaria de votar a favor desta moção, mas não está muito confortável com a redação do ponto a) que dizia que se recomendava ao executivo da Junta de Freguesia da União das Freguesias a disponibilizar uma viatura. Já sabe que seria articulado com as outras Juntas, mas vê aqui uma exequibilidade bastante difícil desta moção.-----

Preferia e, nesse sentido, se o PSD quiser fazer o favor de alterar a redação, votaria a favor se no ponto a) tivesse algo do género “instar a Câmara Municipal de Sintra a disponibilizar permanentemente uma viatura”. Foi aqui referido pelo PSD e não tem dados para contrair isso, portanto, dá como boa a informação, se de facto há outra CPCJ e a Câmara já disponibilizou a viatura, julga que poderiam tentar “pressionar” a Câmara a fazer também a mesma coisa com esta.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----
O Vogal João Paulo Silva (PSD) declara achar muito interessante esta moção do PSD e acha interessante por uma razão muito simples. Em tempos, veio cá a responsável pela CPCJ e foi posta na rua pela bancada do PSD se bem se lembra, portanto, há aqui uma contradição muito grande.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----
O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere que o Vogal João Paulo Silva disse “se bem me lembro” e efetivamente a memória do mesmo não está a funcionar porque não foi a bancada do PSD que colocou na rua e nem tem legitimidade nem nunca o iria fazer. Só o senhor Presidente da Assembleia que conduz os trabalhos é que poderia fazê-lo, mas reconhecem e várias bancadas o solicitaram e é perfeitamente exequível para a bancada do PSD a alínea a) que a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas delibere recomendar à Câmara Municipal de Sintra que efetivamente garanta a disponibilização permanente de uma viatura à CPCJ, ou, neste caso, mais uma viatura, em articulação e depois poderá então, a Câmara Municipal se assim o entender, uma vez que para o executivo é mais fácil articular com a Câmara Municipal e outras Uniões de Freguesia também, articularem com a Câmara Municipal que seja então esta a disponibilizar a viatura e se assim o entender, em articulação com a União de Freguesias.-----

O Presidente da Mesa passa à votação da moção apresentada pelo PSD, com a alteração do ponto a.-----
Votação: A favor 9 (PSD – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2, IL – 1); Contra 11 (PS – 8; CDU – 3).-----
A moção foi rejeitada.-----

O Presidente da Mesa coloca a admissão da moção do PSD intitulada “**Pelo direito à habitação na Freguesia de Queluz-Belas**” à votação.-----
Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----
A admissão da respetiva moção foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----
A Vogal Helena Coelho (PSD) passa à leitura da respetiva moção. (ANEXO 10)-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa passa à votação da respetiva moção.-----

Votação: A favor 9 (PSD – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2; IL – 1); Contra 11 (PS – 8; CDU – 3).-----

A moção foi rejeitada.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) declara querer fazer uma declaração de voto relativamente a este ponto. Isto é mais uma moção de quem tem responsabilidades sobre o estado a que isto chegou. O PSD sabe, conhece e é responsável, no seu todo, pelas medidas que aplicou em conjunto com o CDS enquanto esteve no governo nomeadamente naquilo que diz respeito à lei das rendas.-----

O direito à habitação passa pelo implementar de medidas governativas que possam inverter a situação que se vive e passam pela defesa e garantia do acesso à habitação. A assunção do estado, da sua responsabilidade enquanto promotor público de habitação com o objetivo de alargar a oferta e disponibilização de habitação pública para suprir as carências identificadas. Identificação, reabilitação e disponibilização de imóveis do estado que possa ser destinado à habitação proibindo a alienação de património público com características que permitam a sua utilização para fins habitacionais.-----

A promoção através do movimento cooperativo, sector social e mutualista de um parque habitacional a custos e qualidade controlados, destinados ao regime da renda condicionada. Criação de programas corporativos abertos a uma base alargada de agentes destinados à recuperação e reabilitação da habitação.--

A disponibilidade pelo estado de uma linha de crédito da taxa reduzida destinada à recuperação e reabilitação de imóveis atualmente devolutos ou destinados a fins não habitacionais e que passem a ser destinados à habitação no regime de renda condicionada.-----

A implementação de um regime simplificado, de posse administrativa pelo IRU em articulação com as autarquias de imóveis devolutos da propriedade de fundos imobiliários ou de outros proprietários que não recorram ao mecanismo anterior disponibilizando-os para arrendamento no regime da renda condicionada. A limitação da aquisição de habitações por fundos imobiliários e a limitação da mobilização de habitação para usos de alojamento local em áreas de declarada carência habitacional.-----

O Presidente da Mesa coloca a admissão da recomendação do BE intitulada **“Revisão do regulamento de taxas e outras receitas da União de Freguesias de Queluz e Belas de modo a promover a igualdade no tratamento dos cidadãos imigrantes”** à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A admissão da respetiva moção foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) cumprimenta todos os presentes e agradece aos Bombeiros Voluntários pela disponibilidade da sala, passando à leitura da respetiva recomendação. (ANEXO 11)-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Hugo Frederico PS) declara que a bancada do Partido Socialista recebeu esta recomendação com alguma estupefação até porque se bem se recorda, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta tabela de taxas quer em sede do executivo, quer nesta Assembleia de Freguesia.-----

Também lhes faz confusão como é que alguém que vota favoravelmente este documento em 2020, hoje diz que há taxas para imigrantes. Não consegue ler em lado nenhum do documento onde é que há uma taxa para o imigrante por mais que se tente. Já deu a volta ao documento e não vê no mesmo uma referência a cidadãos imigrantes. Vê referências a cidadãos que estão recenseados e a cidadãos não recenseados e é nessa base que é a única base legal que a Junta de Freguesia tem para emitir os atestados.-----

Se calhar, convinha que os senhores vogais para além de olharem só para a letra daquilo que é esta tabela de taxas, verem o estudo económico-financeiro que a sustenta. Sim, porque esta tabela de taxas tem um estudo por trás como manda a lei e que os senhores vogais do Bloco de Esquerda, na altura, membros do executivo da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, bem conhecem, ou melhor, têm obrigação de conhecer porque votaram favoravelmente esta proposta e, na altura, não se recorda, de haver nenhum argumento por parte do Bloco de Esquerda que colocasse em causa. Nunca houve essa preocupação por parte do Bloco de Esquerda. Houve depois sim, *soundbite* criado por um jornal em que o próprio título é falacioso “Junta de Queluz e Belas cobra mil e tal por cento a mais a cidadãos imigrantes”. Não consegue perceber onde é que está essa taxa de cidadãos imigrantes.-----

Aliás, a opinião do senhor Presidente da ANAFRE é a opinião dele. Não faz escola, não faz jurisprudência, não é doutrina, é uma mera opinião, aliás, comparar a Junta de Freguesia de Queluz e Belas e as suas taxas com outras Juntas de Freguesia, é não conhecer rigorosamente nada daquilo que é a realidade das Juntas de Freguesia *per si*, por um motivo muito simples. Os custos que estão associados à emissão dos serviços que a Junta presta, são diversos de Junta para Junta.-----

Uma Junta com dois funcionários não tem os mesmos custos de uma com cinquenta. Uma Junta de Freguesia que tem cinquenta impressoras, não tem os mesmos custos de uma freguesia que tem dez impressoras e assim sucessivamente.-----

Portanto, vir aqui misturar o problema da imigração com o problema das taxas cobradas da Freguesia de Queluz e Belas é no mínimo surrealista porque não vê ninguém preocupado aqui nesta casa, com o tráfico que é a compra de testemunhas para estas pessoas assinarem os atestados. Gostava de saber se alguém dos senhores do Bloco de Esquerda vão para a porta da Junta denunciar aqueles que se fazem passar por testemunhas, sim, para facilitar a imigração, mas sobre isso não vê ninguém a falar. Até a si próprio já perguntaram se queria ser testemunha e pagavam-lhe trinta euros para ser testemunha. Também sabe que houve outros membros do executivo e até a senhora Presidente, tanto quanto sabe, já foi sondada para ser testemunha.-----

Mas ninguém está preocupado por determinados advogados irem à Junta de Freguesia de Queluz e Belas e serem mandatários de uma quantidade de cidadãos e serem testemunhas destes cidadãos sem saberem onde é que é a Rua 9 de Abril, a Rua dos Combatentes ou outra qualquer. Só vê é preocupação porque o atestado é caro. Então, mas o tráfico de seres humanos que está por trás? Isso já não preocupa ninguém. É normal. Desde que a Junta de Freguesia baixe o valor da taxa, o resto é tudo admissível. O que é preciso é que seja tudo de borla, mas depois os mesmos senhores vogais que querem baixar taxas, vêm exigir que a



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Junta faça investimento público e pergunta: Então, mas se o Bloco de Esquerda quer baixar o valor da taxa, que nos diga em qual proporção e que nos diga também onde é que vai buscar o residual que deixa de haver. A Junta deixa de cobrar uma receita e onde é que a vai buscar a seguir? Porque a seguir os senhores vêm cá e dizem que não há investimento público na rua.-----

As ruas estão uma vergonha, não há manutenção, não há investimento na Ação Social, no público e na educação, mas mais engraçado é que andamos aqui aos anos a debater que a Junta de Freguesia, esta e outras, deviam caminhar tendencialmente para acabar com a sua dependência daquilo que são as transferências dos municípios e do estado central, ou seja, ter receitas próprias.-----

Então a Junta de Freguesia cria receitas próprias? E não está a falar do PCP porque sempre votou contra porque para o PCP é tudo de graça.-----

A questão aqui é perceber se a Junta vai abdicar de uma receita, onde é que vai buscar a receita correspondente. É muito bonito e fica sempre bem termos este discurso pró-imigrantes. O Partido Socialista é um partido totalmente aberto sobre essa questão, toda a gente tem de ser bem acolhida, mas gostava de saber onde é que está uma moção a condenar o tráfico de seres humanos que existe todos os dias à porta. Ou isso já não interessa? O que é preciso é que as pessoas paguem pouco. O preço muitas vezes consegue fazer a distinção das coisas. O preço seleciona e, nós, na altura em que esta taxa foi feita, toda a gente sabe qual foi a justificação que ela teve e, tirando o PCP, que sempre foi contra, mais ninguém se opôs. Isto é uma taxa de desincentivo e também gostava de saber já que estamos todos preocupados com as taxas, como é que esta Junta de Freguesia e esta Assembleia respondem a uma coisa muito simples. Toda a gente conhece a recomendação do Tribunal de Contas em que as autarquias locais estão proibidas de cobrar taxas e serviços abaixo do valor de custo porque hoje o valor que nós cobramos do autocarro já não cobre o custo. Então isso já não interessa? Isso tudo bem, a Junta subsidia.-----

Portanto, o PS naturalmente vota contra esta moção e entendemos que ela não tem, hoje, nenhuma ponte nem nenhum elemento que possa ser negociado. Não fala em valores, não fala em rigorosamente nada e acham que esta discussão tem de ser feita de forma correta e nos sítios certos porque senão também pergunta: Então a pessoa que mora em Trás-os-Montes paga o mesmo, mas essa já pode pagar porque não é imigrante, é isso?-----

A Junta de Freguesia de Queluz e Belas e bem, cobra aos não recenseados, porque o serviço que a Junta presta e toda a documentação que tem de ser tratada e todo o processo administrativo que está por trás do não recenseado, nada tem a ver com o recenseado. O recenseado chega, lêem-lhe o cartão de cidadão e fica feito em dez segundos e custa € 3,50. Um cidadão estrangeiro que muitas vezes não percebe nada de português e está ali uma hora ou duas e os senhores acham que é caro, mas depois acham e bem que os funcionários públicos têm de ser aumentados todos os anos. Também concorda. E depois pergunta: Então, mas quem é que paga se a Junta não tem receitas?-----

Qualquer dia, com este andamento, os senhores chegam aqui e dizem que a Junta de Freguesia de Queluz, como diziam há tempos na famosa discussão sobre a desagregação das freguesias, é que já se gastava muito com pessoal. Então se vamos tirar ainda mais receitas à Junta e vamos continuar com o mesmo nível de pessoal, qualquer dia 90% é pessoal.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Estas questões têm de ser tratadas com equilíbrio e acima de tudo com pés e cabeça. Não é porque nos parece bem porque fomos atrás de uma notícia falaciosa de um jornal. Queria perguntar também qual foi a grande consequência jurídica política, por um lado, do artigo da senhora jornalista e, por outro, daquelas declarações absolutamente fantásticas de um senhor Presidente de Junta que por acaso acumula o cargo com o ser Presidente da ANAFRE, desrespeitando todos nós, porque esta assembleia é soberana sobre as taxas. O próprio e o PS, nunca na vida, fariam comentários sobre quanto é o valor das taxas noutra freguesia qualquer. É uma competência exclusiva desta assembleia e das outras, portanto, eles levam aquilo que entendem levar. Esta assembleia votou, aprovou aquilo que achou justo ser cobrado.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----
O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que vai começar pela bancada do PS que vai ter de lhe explicar muito bem se há denúncias relativamente a imigrantes como passam a vida a dizer isso, vai já pedir via Mesa para que o executivo lhes faculte a quantidade de denúncias que já fez no ano de 2022 relativamente à tentativa fraudulenta de se conseguir um atestado de residência.-----
Para si, uma pessoa que vive em Trás-os-Montes se vem pedir um atestado de residência em Belas parece-lhe ser uma fraude porque se vivia lá e se passou a viver aqui, basta mudar a morada no cartão de cidadão e não precisa de ir à Junta pedir um atestado de residência. Os únicos que necessitarão mesmo destes atestados com testemunhas serão os imigrantes.-----
Por isso, solicita via Mesa, que esta bancada quer saber quantas denúncias houve durante o ano de 2022 relativamente a este assunto, tentativa fraudulenta de conseguir atestados de residência.-----
Quanto ao Bloco de Esquerda, vale mais tarde do que nunca. Andam aos anos a bater nas taxas e o bloco já bateu numa e já chegou à conclusão de que havia uma cara porque quando se aumentou 300% em certas taxas do cemitério e daquelas taxas que as pessoas pagam normalmente e nem está a falar das outras coisas que são supérfluas, nisso o Bloco continua calado. Vão aprovar porque vem de encontro àquilo que a bancada da CDU sempre defendeu desde o primeiro dia em que apareceram estas taxas e que foram aprovadas pelo Bloco tanto no executivo, como aqui nesta assembleia, isto em 2018 porque em 2020 voltaram a aprovar a mesma coisa com mais alguns acertos.-----
Por isso, vão aprovar esta recomendação e quanto à bancada do PS também já provou por a + b que podem baixar as taxas em 25% que ainda ficam com dinheiro a transitar para o ano seguinte, mas isso é a posição da CDU desde sempre.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----
O Vogal Paulo Mourão (BE) declara que não há que admirar-se desta proposta do Bloco de Esquerda porque já andam a falar inclusivamente em Assembleias de Freguesias e se não se engana até numa das atas que vão aprovar está referido que iam apresentar esta recomendação e, portanto, não há que admirar-se desta situação. De facto, é uma vergonha esta diferença que se está a provocar entre os recenseados e não recenseados com particular importância para os imigrantes.-----
De qualquer maneira, esta proposta não especifica exclusivamente que o assunto diga respeito aos imigrantes porque se repararem a recomendação é para haver uma alteração no sentido da correção da

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

disparidade das taxas cobradas aos cidadãos não recenseados. Que o próprio saiba, o recenseamento nem sequer é obrigatório, pode haver cidadãos que morem em Queluz e que queiram um atestado por algum motivo e não sejam recenseados. Supõe que ainda não é obrigatório o recenseamento.-----

Portanto, essas situações podem acontecer a estudantes e pessoas que não se pretendam recensear. A recomendação não diz respeito exclusivamente aos imigrantes, mas a esta disparidade entre cidadãos recenseados e não recenseados. Por outro lado, sabem que efetivamente as taxas têm regras e têm leis. A lei das taxas diz que a taxa deve ser criada em função da proporcionalidade, portanto, deve ser criada em função dos custos que possa ter e, ao mesmo tempo, não deve ultrapassar, diz a lei, o custo da atividade pública local ou benefício auferido pelo particular, portanto, é uma regra que lhe parece de bom senso.-----

Por outro lado, a própria lei admite que possa haver, respeitando a necessária proporcionalidade, fixação de taxas com critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações. Será que estamos aqui neste caso? No caso, por exemplo, das licenças para os cães, têm uma situação para os cães potencialmente perigosos. A licença em vez de 12 ou 15 euros, passa para 45 e está certo. É um desincentivo.-----

Devemos adotar este critério para o caso das pessoas recenseadas e não recenseadas? Não. Não devemos e, portanto, é preciso ter a proporcionalidade, mas não estamos a propor que a taxa do imigrante não recenseado seja igual à taxa do recenseado. Não. Queremos é que haja aqui uma proporcionalidade. Se um paga 3,50 euros, o outro não pode pagar 50. Portanto, tem de se adequar, vai pagar mais com certeza do que o recenseado porque leva menos tempo a passar o atestado, mas ao mesmo tempo, não pode haver esta diferença e isso é um estudo que a Junta tem de fazer.-----

Já se falou aqui e julgou que fosse só um problema de falsas declarações. Já se falou aqui que há compra testemunhas e tráfico de imigrantes, falou-se claramente, nem sequer como suspeita, é uma evidência e de facto é preciso que estes casos sejam não só denunciados e o Bloco de Esquerda é contra e denuncia estes casos sempre que tiver conhecimento, mas têm de ser denunciados à entidade que possa fazer uma investigação, não sabe se é o ministério Público, se é a Polícia Judiciária, mas é preciso identificar isso.-----

O Bloco de Esquerda apoio a iniciativa da CDU de saberem quantos casos é que já foram identificados, mas principalmente daqui para a frente não se deve deixar passar nenhum.-----

Relativamente àquilo que se propõe, já referiu que não é que a Junta entre em falência por causa desta alteração, não. Não estão a propor que seja abaixo do custo, agora isto vai ser um grande abalo e já foi explicado que não é por aqui que a Junta irá à falência e relativamente ao incentivo, ao investimento e à questão das finanças da Junta, nós temos é que nos bater por uma lei de finanças locais que seja adequada, seja justa e que seja aplicada. Essa é que é questão principal e por aqui é que nós temos de seguir essa batalha juntamente com as outras autarquias.-----

Por fim, refere que não vai alongar-se mais, mas que qualquer dúvida que haja sobre e recomendação do Bloco de Esquerda está disponível para esclarecer e mantém a proposta de recomendação.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) declara que percebe a argumentação de várias bancadas. Percebe a argumentação do Vogal Hugo Frederico da bancada do Partido Socialista, percebe que o que está aqui em causa é uma taxa que é cobrada a cidadãos recenseados e a cidadãos não recenseados e que não é referido em momento

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

algun que são imigrantes, mas também gostava de fazer um pedido à Mesa. Gostava que a Mesa pedisse ao executivo da Junta que lhe dissesse qual é a quantidade de certidões passadas a cidadãos não recenseados que sejam nacionais do país porque vamos chegar à conclusão que efetivamente embora na letra daquilo que está escrito, estamos a falar de cidadãos recenseados e não recenseados, mas na prática, como referiu e apresentou o Bloco de Esquerda, é de imigrantes que se trata e nós precisamos imenso de imigrantes porque precisamos de sustentabilidade na segurança social, precisamos de mão-de-obra no mercado de trabalho porque somos em última análise um país de imigrantes e às vezes esquecemo-nos que fomos lá para fora como agora outros vêm para cá a procurar uma vida melhor e que faz todo o sentido apoiar aqueles que decidiram e que precisaram e alguns que fugiram da guerra, a viver em Portugal.-----
Portanto, nós vamos acompanhar votando favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda. Pede desculpa por fazer este reparo, mas acha que peca a proposta do Bloco de Esquerda por de facto não quantificar. Gosta muito de provérbios populares e quando se zangam as comadres, descobrem-se as verdades e estamos aqui perante uma situação que não percebe como é que o Bloco de Esquerda tem um acordo político com o Partido Socialista e não negocia estas matérias nesse acordo político, mas é só a sua opinião.

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) afirma que esta proposta tem o mérito ou se quisermos, tem o duplo mérito de não só ouvirmos o Bloco de Esquerda, mas também de ouvirmos com muita atenção a bancada do PS, que afinal nos trás aqui problemas gravíssimos no seio da nossa União de Freguesias que consubstanciam crimes e, como disse e muito bem, a bancada da CDU, pedir à Mesa o que é que foi feito, que números, que diligências é que já foram tomadas porque efetivamente nós não podemos deixar que quem vem de fora pensar que aqui é um oásis e que podem vir a adquirir e estar de qualquer maneira, mas infelizmente vamos assistindo a isso mesmo.-----

Hoje ficámos aqui em duplo mérito e nomeadamente o Vogal Hugo Frederico trazer-nos aqui os inúmeros problemas que proliferam e, como disse, o Bloco de Esquerda, a compra de testemunhas, o tráfico de pessoas, estamos a falar de crime organizado na nossa União de Freguesias.-----

O que é que é feito? Isto é uma pergunta à senhora Presidente do executivo porque é muito mau.-----

Esta proposta traz-nos à coação algo em que devemos todos mergulhar e o estado social da nossa União de Freguesias para onde é que caminhamos, com quem caminhamos e o que é que queremos.-----

Como disse a Iniciativa Liberal e muito bem, nós precisamos dos imigrantes.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) quer esclarecer que a bancada do Bloco de Esquerda não tem nenhum acordo com o Partido Socialista desde novembro de 2022. Esse acordo existiu, mas foi desfeito.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Jorge José.-----

O Vogal Jorge José (BE) refere querer esclarecer que em 2017 quando votaram não viram ao rigor esta questão. Após o voto, foram confrontados com várias associações de imigrantes e com os próprios militantes

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

e aderentes. Disseram que iam aguardar a melhor oportunidade para rever esta taxa. Julga que é uma questão de igualdade e é verdade que é a única freguesia do país que tem esta taxa neste montante.-----
Qual é o problema de se fazer um estudo prévio e de tentar reduzir àqueles que estão cá e que até são explorados. Nós vamos combater este problema até onde for preciso.-----
Esta situação da taxa em relação aos imigrantes é desonesta e não está de acordo com a realidade.-----

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa passa à votação da respetiva recomendação.-----
Votação: A favor 10 (PSD – 3; CDU – 3 CDS – 1; BE – 2; IL – 1); Contra 10 (PS – 8; CH – 2).-----
Havendo um empate de 10 votos a favor e de 10 votos contra, a recomendação foi rejeitada com o voto de qualidade do Presidente da Mesa da Assembleia.-----

O Presidente da Mesa informa estarem perto da meia-noite e que ainda se encontram por discutir uma moção e uma saudação e coloca a admissão da moção da CDU intitulada “Centro de Saúde de Belas” à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----
A admissão da respetiva moção foi aprovada por unanimidade e o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) passa à leitura da respetiva moção. (ANEXO 12)-----

Atendendo a que já é meia-noite, o Presidente da Mesa propõe a todos os vogais que percam mais um pouco de tempo de forma a acabarem a discussão das moções e questiona se há alguém que queira intervir relativamente à moção lida pelo vogal da bancada da CDU.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----
O Vogal Carlos Diogo (PSD) começa por cumprimentar a bancada da CDU, na pessoa do Vogal Filipe Borregana, com muita estima e consideração que tem pelo mesmo.-----
Questiona se é efetivamente competência da Câmara realizar estas obras. Há pouco, o senhor Vogal elevando o tom de voz, não foi ideologia que esteve a fazer, foi demagogia, quando se referiu às crianças ou ao apoio à CPCJ. Portanto, termina com muita consideração e estima.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----
Relativamente à intervenção do Vogal Carlos Diogo, o Vogal Filipe Borregana (CDU) questiona “Demagogia?” e declara que demagogia é aquilo que vocês fazem quando estão no governo e depois quando estão na oposição, isso é que é demagogia porque nós e muito orgulhosamente, votámos contra a construção do Centro de Saúde de Belas. Não fazemos demagogia. A obra está quase completa e não é uma responsabilidade da Câmara, mas fê-la. Nós não somos demagogos porque em plena Câmara Municipal e Assembleia Municipal votámos contra a construção do hospital e a construção dos Centros de Saúde por não serem responsabilidade da Câmara. Não somos demagogos e nem lhe admito.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) declara que esta moção da CDU representa uma visão da saúde que é completamente antagónica da Iniciativa Liberal.-----

A Iniciativa Liberal não fala desta saúde, como também não falam de escola pública, falam de escola e também não falam de saúde pública, falam de saúde e obviamente é nesse sentido e não propriamente em relação aos considerandos e à análise que aqui está feita e que é um diagnóstico perfeito da situação.-----

Quer dizer apenas que tijolo não é médico e como tijolo não é médico e não muda o paradigma daquilo que é o modelo de saúde em Portugal, vamos continuar de mal a pior e, portanto, obviamente não podem acompanhar esta proposta e votarão contra.-----

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa passa à votação da respetiva moção.-----

Votação: A favor 5 (CDU – 3; BE – 2); Contra 15 (PS – 8; PSD – 3; CDS – 1; CH – 2; IL – 1).-----

A moção foi rejeitada.-----

De seguida, o Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Inês Fernandes para ler a saudação da respetiva bancada.-----

A Vogal Inês Fernandes (CDU) passa à leitura da saudação intitulada “Dia Internacional da Mulher”. (ANEXO 13)-----

O Presidente da Mesa informa que chegaram ao fim de todos os documentos que tinham para apresentar e atendendo a que o ponto número 1 da ordem de trabalhos da convocatória é a aprovação das atas das reuniões anteriores, sugere que passem a este ponto para que na próxima sessão de continuação possam dar início aos restantes pontos.-----

Mais informa que irão retomar a sessão desta assembleia no próximo dia 28 de abril.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) questiona quem é que decidiu o dia 28?-----

Nesse sentido, o Presidente da Mesa dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas refere que a Junta de Freguesia propõe que seja no dia 2oito porque amanhã há Assembleia Municipal e como devem perceber também há votação de documentos de contas e a Presidente da Junta vai estar na Assembleia Municipal. Por isso, sugerem que seja no dia 28 porque os documentos devem entrar no Tribunal de Contas até ao final do mês. A não ser que queiram fazer no sábado e caso queiram, está disponível para que a sessão seja realizada nesse dia.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que voltam à confusão com as datas. Se os documentos têm de entrar até ao final do mês também podia ter vindo a esta assembleia mais cedo. Começa por aí.-----

Quem propõe as datas é a assembleia e não é o executivo. A nova reunião da assembleia quem propõe é o executivo.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Podemos ter em conta a disponibilidade da senhora Presidente, mas a assembleia é autónoma. Neste momento, quem marca a assembleia é a própria assembleia. Já ouviram a justificação do pedido para que não seja no dia seguinte, a partir daí, cabe a esta assembleia decidir quando é que faz a próxima assembleia.

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) informa que no dia 28 não tem disponibilidade porque não está no país. Ou se faz substituir ou terão de ter outra data, do seu ponto de vista.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) declara que a leitura que o Partido Socialista faz da marcação das assembleias resulta de uma competência da Mesa e, portanto, a Mesa é soberana para marcar a continuação desta sessão, a segunda reunião desta sessão. Não é deliberação da assembleia.-----

Mais, já no passado recente e fazendo referência à intervenção do Vogal Pedro Rola que por mero acaso disse que não podia vir, foi distribuído um parecer relativamente a esta questão das substituições.-----

O entendimento do Partido Socialista é que a Mesa deve marcar e deve marcar com a celeridade razoável, contando com a presença e a disponibilidade da senhora Presidente de Junta que é o único membro de executivo que é obrigado a estar nestas assembleias. Obviamente que amanhã há uma Assembleia Municipal e há aqui pelo menos dois deputados municipais que se fosse para amanhã, não vinham de certeza absoluta, a não ser que não fossem à Assembleia Municipal.-----

No entendimento do Partido Socialista, a Mesa marca a segunda reunião, tendo em conta que há este limite legal que os documentos têm de entrar no Tribunal de Contas até dia trinta do corrente mês.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) declara que estão sempre a voltar atrás nos mesmos assuntos. Há aqui um problema de agendamento de sessões da Assembleia de Freguesia, de desconsideração para com os elementos. Há uma questão de cumprimento de prazos e se nós sabemos que há uma assembleia ordinária que tem de decorrer durante o mês de abril, deixá-la para o dia 26 de abril é capaz de não ser a atitude mais inteligente a tomar se queremos que as coisas respeitem os prazos porque há mais prazos que existem previstos, nomeadamente, o do Regimento que diz que quando as sessões se prolongam para uma segunda reunião, esta deve acontecer no prazo de uma semana. Não diz que deve acontecer no prazo de 48 horas.-----

A segunda reunião da assembleia não é seguramente marcada pela Junta de Freguesia, nem sequer é marcada pela bancada do Partido Socialista. É marcada eventualmente pela Mesa da Assembleia com recurso para a Assembleia de Freguesia se a mesma não concordar. Quem é soberano aqui dentro é a maioria dos vogais.-----

Em relação ao parecer da ANAFRE, e diz isto porque na sexta-feira não poderá estar e amanhã também tem a Assembleia Municipal, apesar desta questão também já se ter posto anteriormente e dos vogais aqui que são deputados municipais onde se incluiu, terem chamado à atenção para a necessidade de não agendar reuniões para dias da Assembleia Municipal, também já ouviu aqui a senhora Presidente da Junta dizer que cada um tem as suas prioridades.-----



Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A questão que aqui se prende em relação ao parecer da ANAFRE é que o parecer diz várias coisas. Diz, por exemplo, que uma das competências da Assembleia de Freguesia é a da auto-organização, portanto, nós auto-organizamo-nos. Outra coisa que o parecer da ANAFRE diz é que não é vinculativo e aí a bancada do Partido Socialista concorda porque já o disse aqui anteriormente. Portanto, ir buscar o parecer da ANAFRE para justificar que vogais aqui presentes que não podem participar na próxima reunião, não poderão ser substituídos, calma.-----

Também diz que se deve assegurar, na escolha da segunda data, que os vogais que estiveram presentes na primeira reunião, possam estar presentes na segunda data. Daí a importância de estarmos todos de acordo e, pelo menos dois vogais aqui presentes já manifestaram indisponibilidade para estar na sexta-feira. O mesmo parecer também refere que a grande questão em relação às substituições é a votação da ata. O que também não se compreende porque nós em todas as sessões votamos atas em que alguns elementos se abstêm porque não estiveram presentes nas sessões da Assembleia de Freguesia correspondentes àquela ata.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que vai dar ênfase ao que foi dito pela bancada do PSD, que compete à Mesa tudo e mais alguma coisa e no ponto três das deliberações da Mesa, diz “cabe recurso ao plenário da Assembleia de Freguesia”. Podem decidir, mas cabe sempre recurso ao plenário porque este é soberano.-----

Quanto ao parecer da ANAFRE, ainda há pouco as declarações do Presidente da ANAFRE não interessavam para nada e nem sequer eram vinculativas, agora, temos aqui um parecer jurídico elaborado por um jurista chamado Daniel Marques que diz que a bancada do PS tem razão quando “referiu que a próxima sessão ou reunião seria a continuidade da sessão”, é verdade e “por esse motivo não poderia haver lugar a substituições”, mas não conseguiu foi prová-lo. Tomaram boa nota o parecer, mas não concordam com o mesmo porque tirando o parecer deste jurista que não é vinculativo, a dizer que não pode haver substituições. Não colocou nenhum artigo da lei a dizer que não pode haver substituições. Ele diz, salvo melhor parecer, este é o meu.-----

Relativamente a esta situação, tem a dizer que o poder local democrático foi uma das mais importantes conquistas de abril e consagrada na constituição da República Portuguesa de 1976. Foi o papel que o poder local democrático teve logo após a revolução com a concretização de profundas transformações sociais nos territórios e na democratização da vida local que levou a que fosse reconhecido como emancipação da vontade popular.-----

O poder local democrático decorre de um processo revolucionário e tem profundas raízes democráticas baseando-se na proximidade e da participação do povo.-----

Os eleitos para a Assembleia de Freguesia são a representatividade da vontade popular que emanou das últimas eleições autárquicas. A constituição da República Portuguesa consagra o princípio da autonomia das autarquias locais que dispõe de poder regulamentar próprio dentro dos limites da lei e da própria constituição.-----

O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), e a Lei das Autarquias Locais (LAL), são o enquadramento legal das competências e do funcionamento dos órgãos autárquicos. A regulamentação e organização própria

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

da Assembleia de Freguesia estão consagradas na alínea a) do número 1, do artigo 10º do RJAL e diz que compete à Assembleia de Freguesia a elaboração e aprovação do seu regimento.-----

O artigo 46º do RGAL diz que “os órgãos deliberativos podem quando necessário reunir mais que uma vez no decurso de cada sessão”. O artigo 57º do RGAL diz que “cada sessão ou reunião é lavrada a ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela tiver passado, indicando designadamente a data e o local da sessão ou reunião. Os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações. E, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada”. O artigo 78º da LAL diz que “os membros dos órgãos das autarquias locais podem fazer-se substituir em caso de ausência por períodos até trinta dias”. O artigo 79º da LAL diz que “as vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir, na ordem da respetiva lista ou tratando-se de coligação pelo cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga. Desta forma, os eleitos da Assembleia de Freguesia são a expressão da vontade popular”. A Assembleia de Freguesia não pode, nem tem poderes para subverter a vontade popular. Não há qualquer impedimento na substituição de vogais que não possam estar presentes e após solicitarem a sua substituição, justificando a sua falta em qualquer sessão ou reunião. Os eleitos da Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas são eleitos através de listas elaboradas por partidos políticos, coligações ou movimento de cidadãos, nos quais a população confiou o seu voto e a sua representatividade. Impedir que eleitos possam participar é subverter a democracia e a vontade popular”.-----

Por isso, caso não possam estar presentes, irão fazer-se substituir.-----

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa refere que se lhe permitem, passam já para a Ordem de Trabalhos. Tendo tido a concordância de todos os vogais, passa à leitura da convocatória.-----

Após a leitura da mesma e não tendo sido levantadas quaisquer objeções, coloca a mesma à votação.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

A convocatória foi aprovada por unanimidade.-----

De seguida, passa ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos “**Apreciar e votar as atas das reuniões anteriores**”, questiona quem não dispensa a leitura das atas, ao que todos dispensaram a leitura das mesmas e passa à votação das três atas referindo o nome dos vogais que estavam presentes nas respetivas reuniões:-----

Ata nº 10 da sessão realizada a 28 de setembro de 2022.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

Aprovada por unanimidade.-----

Ata nº 12 da sessão realizada a 9 de dezembro de 2022.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

Aprovada por unanimidade.-----

Ata nº 13 da sessão realizada a 22 de dezembro de 2022, com continuação a 27 de dezembro de 2022.-----

Votação: A favor 20 (PS – 8; PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1, CH – 2; BE – 2; IL – 1).-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa passa à proposta da nova data da sessão de continuação e dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) refere que iria apresentar uma proposta visto que há dois vogais aqui presentes nesta reunião que não podem estar presentes na próxima sexta-feira, apresenta a proposta do dia 2 de maio (terça-feira) ou então que fique aqui garantida a possibilidade de substituição dos vogais que não possam estar presentes.-----

O Vogal Paulo Borges 1º Secretário declara que o senhor Presidente tem a legitimidade de propor uma data e só depois é que a assembleia decide.-----

O Presidente da Mesa informa que a Mesa propõe a data de 28 de abril para a continuação da realização desta assembleia e passa à respetiva votação.-----

Votação: A favor 8 (PS); Contra 10 (PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2; IL – 1); Abstenções: 2 (BE).-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) declara que de acordo com o artigo 32º, n.º 2, do Regimento da Assembleia, relativo ao intervalo entre reuniões que diz “A data da reunião seguinte, da mesma sessão, deverá ser marcada na presença da maioria absoluta dos Membros da Assembleia ...”, quer saber se houve maioria absoluta.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) declara que no entender da bancada da CDU, esta assembleia é soberana nas decisões que toma. O dia 28 foi reprovado, houve uma proposta da bancada do PSD a propor o dia 2 de maio pelo que a mesmo tem de ir à votação.-----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Vogal Hugo Frederico.-----

O Vogal Hugo Frederico (PS) refere que esta deliberação para ser vinculativa tem de ser por maioria absoluta. É o que está no regimento, portanto, se a decisão não foi tomada por maioria absoluta, não é vinculativa.-----

A proposta do senhor presidente da Mesa para ser rejeitada, tem de ser rejeitada por maioria absoluta, o que não se verifica.-----

Vai fazer a pergunta ao contrário, se a proposta da bancada do PSD for aprovada de igual forma, onde é que está a maioria absoluta para aprovar a mesma?-----

Atendendo à discordância por parte de alguns vogais e a pedido do Vogal Paulo Mourão, o Presidente da Mesa passar a ler o artigo 32º do Regimento da assembleia: “1. Entre cada reunião da mesma sessão, não poderá haver um intervalo superior a seis dias de calendário. 2. A data da reunião seguinte, da mesma



Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

sessão, deverá ser marcada na presença da maioria absoluta dos membros da Assembleia em exercício, e com o acordo dos Partidos, Movimentos ou Coligações, representados na Assembleia".-----

De seguida, dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) sugere que seja votada a proposta apresentada pela bancada do PSD para o caso de obter a tal maioria absoluta. Julga que não é considerada, mas que pode acontecer.-----

O presidente coloca à votação a data do dia 2 de maio.-----

Votação: A favor 12 (PSD – 3; CDU – 3; CDS – 1; CH – 2; BE – 2; IL – 1); Contra 8 (PS).-----

Tendo a aprovação da maioria dos presentes, foi acordado que a continuação da reunião será realizada no dia 2 de maio, pelas 21 horas, no mesmo local e deu-se por encerrada a reunião.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
QUELUZ E BELAS


(Manuel de Campos Frederico)

1º SECRETÁRIO


(Paulo Miguel Antunes Borges)

2º SECRETÁRIO


(Tatiana Sofia Ferreira Penedo)



Moção - 25 de Abril 1974

No dia 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas com forte apoio da população proporcionou a Portugal o fim do regime político que então vigorava.

No dia 25 de Abril de 1974, o país colocava um ponto final na opressão, no estrangulamento e no conformismo. Há 49 anos que festejamos a data e há 49 anos que saudamos todos aqueles que lutaram por ela. A sua coragem e bravura deve ser lembrada, enaltecida e retribuída com a consolidação efetiva da Democracia que acabaria por ser definitivamente consolidada a 25 de novembro de 1975.

Festejamos há 49 anos a Democracia. A Democracia é um direito fundamental, mas é frágil e nunca está garantida. Nunca nos podemos esquecer que todos os dias devemos lutar por ela.

Importa lembrar também que a Democracia acarreta responsabilidades individuais e coletivas, lembrar ainda que para viver em democracia devemos respeitar a liberdade do próximo, independentemente das características que nos diferenciam, das escolhas que fazemos ou das opiniões que tenhamos.

Obrigado aos capitães de abril e aos bravos militares de 25 de novembro pela democracia, mas agora queremos liberdade, a liberdade plena.

Para ser livres não podemos ter medo, devemos ter coragem, ser sonhadores verdadeiros e exigir para todos(as) as mesmas oportunidades, acreditar nas capacidades coletivas e individuais, e nunca aceitar que alguém ou alguns decidiam o que é melhor para nós.

Para sermos verdadeiramente livres teremos de poder escolher livremente a escola do nosso filho, o nosso hospital ou centro de saúde sem amarras ou constrangimentos ideológicos. Um dia seremos verdadeiramente livres. Esse dia está a chegar.

Queluz e Belas, 26 de abril 2023

Pedro Rola

(Vogal da AF de Queluz e Belas pela IL)



Moção sobre o 25 Abril

Há 49 anos, pela madrugada, Salgueiro Maia, comandou uma coluna militar, que saiu da Escola Prática de Cavalaria (EPC), em Santarém.

Aqueles militares, maioritariamente, milicianos, capitaneados por um oficial do Quadro Permanente, constituíam, sem talvez se aperceber, o verdadeiro significado de um Povo em Armas.

Ao sair da EPC, nenhum deles, por certo, dizia, para com os seus botões, que estava ali para concretizar uma íntima aspiração de ser herói.

O êxito da operação militar ficou a dever-se, também e muito, à mobilização espontânea e adesão popular, interrompendo os respetivos trajetos para os seus locais de trabalho, rodeando as tropas, entretanto posicionadas, enchendo as ruas, praças e largos, sobretudo em Lisboa.

Um movimento, inicialmente, corporativo, transformou-se numa Revolução, que derrubou um Regime Político Ditatorial, acabou com a guerra, que sangrava o País há mais de uma década e abriu caminho a uma Democracia Representativa, em que nos habituámos a viver e consideramos como dado adquirido no nosso quotidiano.

Portugal passou a ser acolhido, plenamente, no seio da Comunidade Internacional, que se rege pelos princípios do Estado de Direito Democrático, (nos termos do Art.º 2º. da CPR). A nova Constituição da República Portuguesa (CPR) passou a consagrar, no seu articulado, os valores humanitários, respeitadores dos direitos dos indivíduos, da propriedade, do ambiente e dos seres vivos, da natureza que compõe o enquadramento físico do território a que chamamos Portugal.

É forçoso lembrar, para sempre, esta data.

Essa memória merece e deve ser recordada, nesta vertente da expressão escrita, de forma inspirada, genial, apelativa e vinculativa. Lamentamos não ser este o melhor exemplo. Fica, no entanto, este modesto registo de um manifesto de gratidão àqueles que, naquela madrugada de há 49 anos, empenharam as suas vidas, para derrubar um Regime Autoritário e Ditatorial, acabar com a guerra e construir um regime assente nos pilares de um Estado de Direito Democrático.

A fita do tempo revela-nos que aqueles que sobreviveram nas agruras do antigo regime e iniciaram a construção de um Portugal novo, vão deixando, continuamente, de estar entre nós. O respetivo testemunho só pode ser passado às gerações futuras, de forma condigna e fiel, se prosseguirmos, ano após ano, neste registo público de homenagem, necessariamente, também, didática.

Viva O 25 de Abril!

Viva Portugal!

*Adro da do
Maróvia*

Anexo 4

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Moção

Viva o 25 de Abril e o 1º Maio!

As comemorações populares do 48.º aniversário da Revolução de Abril constituem um importante momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e pela democracia, contra a ditadura fascista e, simultaneamente, de exigência de uma política e de um rumo que responda aos problemas do País e às aspirações dos trabalhadores, dos jovens e do povo português.

A Revolução de Abril foi uma revolução libertadora, com profundas transformações na vida nacional traduzidas em inapagáveis avanços e conquistas que hoje perduram como valores e referências para a construção de um Portugal democrático, desenvolvido e soberano. Foi uma rutura com o regime fascista, determinada pela ação dos militares do MFA a que se seguiu a ação das massas populares que eliminou a estrutura socioeconómica em que assentava a ditadura fascista.

Quando se salienta que passam já mais anos desde o 25 de Abril de 1974 do que o tempo que durou o regime fascista, assinala-se hoje uma realidade que se contrapõe aos tempos negros do fascismo. Mas importa sublinhar que se a realidade de Portugal hoje continua a ter a marca da Revolução de Abril, de muitas das suas conquistas, que o grande capital ainda não conseguiu destruir, tem também a marca do processo contrarrevolucionário e dos graves problemas que gerou.

A situação que vivemos interpela os trabalhadores e povo português. Convoca para as comemorações de Abril e Maio, mobiliza para que se apliquem na vida os direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa, exige que se cumpra o seu projeto e coloca a necessidade dos valores de abril como elemento central do futuro que Portugal precisa.

Numa situação em que estão presentes elementos de intensificação de exploração, de empobrecimento, de ataque a direitos e a serviços públicos, de desigualdades, injustiças e discriminações, de branqueamento do fascismo, de promoção de conceções retrógradas e reacionárias, de condicionamento das liberdades e ameaças à paz, a CDU apela aos democratas e patriotas, aos trabalhadores, aos jovens e ao povo para que façam das comemorações uma



afirmação dos valores de Abril e de exigência de um Portugal desenvolvido e soberano, num mundo de paz, cooperação e amizade entre os povos.

A Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas, reunida a 26 de Abril de 2022 delibera:

1. Saudar o 48.º aniversário da Revolução de Abril, momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia;

2. Saudar a comemoração do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e apelar à participação de todos na jornada de luta do 1º de Maio como valorização do trabalho e dos trabalhadores e respostas aos problemas do povo e do País.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas

Mocções
Intervenção política sobre o 25 de Abril

Ontem, dia 25 de Abril, decorrem 49 anos do golpe de Estado perpetuado pelos militares Portugueses, do qual a esquerda adormecida se veio a apropriar, chamando-lhe REVOLUÇÃO.

O conceito de revolução construído por SKOCPOL prende-se com um movimento coletivo, portanto, a expressão da vontade de um povo. Mas, quer queiram, quer não queiram, NÃO FOI ISSO QUE ACONTECEU. Mas podemos chamar-lhe processo revolucionário iniciado em abril de 1974 e desde quando se verificou uma substituição de élites.

Entendemos que esse momento marcante da história de Portugal trouxe inegáveis modificações à nossa sociedade, nomeadamente quanto à implementação da **democracia representativa**, liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

A mudança de regime político ocorrida em 1974, por sua vez, suscitou uma maior aproximação às instituições europeias que culminou com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em junho de 1985.

É também de realçar que a abertura democrática trouxe mais **direitos às mulheres** nomeadamente na universalidade do acesso à educação e na emancipação das mesmas face aos seus progenitores ou maridos, embora, reconheça-se, insuficientes.

Após todos estes anos de regime alegadamente democrático importa perceber se as conquistas de Abril se traduziram numa melhoria significativa para o Povo português.

O processo de **descolonização** de 1975 foi e continua a ser uma ferida aberta na sociedade portuguesa porque os combatentes do ultramar, os retornados, e os portugueses nativos das províncias ultramarinas ainda sofrem com a falta de reconhecimento do seu esforço na defesa dos territórios e quase todos se sentem defraudados, enganados, esquecidos.

O Partido Chega não esquece nenhum!

É um facto que a forma de censura presente no antigo regime, com ABRIL, no seu plano mais formal, foi, e bem, erradicada. No entanto, assistimos hoje em Portugal a um controle da liberdade de expressão, seja nas Leis feitas à medida para condicionar a mesma, seja pelas "pressões partidárias" feitas sobre as redacções da imprensa, seja ainda através das entidades financiadas pelo Estado DITO Social ou Socialista para estipular o que se pode ou não dizer, escrever, propagandear.

Hoje podemos dizer o que pensamos, desde que o façamos dentro de portas e não contrariemos as minorias políticas, cada vez menos representativas, mas, qual tambor, muito barulhentas mas ocas por dentro.

Estes montaram estruturas com quadros escolhidos no aparelho partidário, pagos a expensas dos contribuintes para monitorizar, e muitas das vezes perseguir, quem não alinha no discurso dito "politicamente correcto", fórmula encontrada pelo fanatismo de esquerda e extrema-esquerda para estatuírem o seu condicionamento político.

Desde 1974 até hoje, Portugal apenas cresceu em média apenas 2%, contra os 5,54% anteriores, apesar dos sucessivos fundos de coesão e programas diversos europeus que têm financiado inúmeros projectos do País nas últimas décadas.

No índice de **desenvolvimento humano** ocupamos hoje a 38 posição no *ranking* mundial quando, à data do 25 de Abril de 1974, éramos o 23º País do Mundo.

A taxa de **fecundidade** das mulheres portuguesas tem vindo a descer de forma abrupta sobretudo nas últimas duas décadas e é hoje cerca de metade do que era em 1973.

Quanto à **corrupção** ou índice da percepção da corrupção, Portugal aparece em 33º lugar no *ranking* mundial. Poderemos estimar que infelizmente, por via dos sucessivos escândalos com que diariamente somos confrontados, com este desgoverno socialista, possamos ainda baixar mais no índice de percepção da corrupção.

Na **educação, saúde, defesa nacional e segurança pública**, as carências são cada vez maiores. Assistimos todos a uma total revolta e desmotivação, sendo notórias e visíveis as dificuldades do País para manter estes sectores a funcionar.

As **reformas**, embora cada vez mais altas (na idade) os 30 dias para o subsídio de férias, o salário mínimo nacional são de facto, conquistas de Abril, mas o poder de compra dos portugueses é cada vez menor e têm aumentado o número de pobres no nosso País, sem que se vislumbre qualquer alteração do paradigma ou expectativas de os nossos jovens conseguirem subir no elevador social.

Vivemos hoje um fenómeno muitíssimo preocupante quanto à **habitação** que também tem uma das suas causas a vinda descontrolada de migrantes económicos que colocam imensa pressão no mercado de arrendamento para as famílias portuguesas.

As **autarquias** locais estão fortemente endividadas e muitas não conseguem cumprir com eficácia as suas atribuições.

Quanto à **dívida pública** e ao impacto desta na gestão das finanças públicas, Portugal atinge records: 1973-13,58%, 1995-61,6%. 2010-134,9% . Está num absurdo registo numa previsão para 2023 de 110,8% do PIB, absolutamente insustentável, que condiciona o investimento para as gerações futuras e é revelador da faceta mais sinistra dos gastos e desperdício do socialismo.

O 25 de Abril foi determinante para a implantação da democracia, mas a liberdade só foi definitiva e totalmente conquistada no 25 de Novembro de 1975, data essa que o Partido Chega celebra. Mas, apesar dos direitos conquistados, todos os dias temos de reclamar pelos direitos que nos são subtraídos. É triste, mas é verdade!

Pela bancada do Partido CHEGA na UFQB,

26 de abril de 2023



Moção sobre o 1º Maio

O ser humano não é uma máquina.

Constrói máquinas para alavancar o seu trabalho.

A necessidade de comemorar uma data decorre da importância que reveste o objeto dessa homenagem.

O **Dia do Trabalhador** consagra, em sentido restrito, um marco da história da humanidade, quando foi reconhecida a importância do protagonista da saga daquele ou daquela que produz alguma coisa, supostamente positiva.

Numa perspetiva mais ampla, o **1º de Maio** serve como título ao complexo e longo percurso das relações do ser humano ativo, na relação com as tarefas que desempenha e na relação com a sociedade em que está inserido.

A temática do Trabalho, seus atores e efeméride, gerou, no século passado, tensões, conflitos, aproveitamento de propaganda política, repressão musculada e, até, pretexto para massacres.

As gerações que não testemunharam diretamente essas posições extremadas, tendem a ignorar a respetiva ocorrência e consideram o **1º de Maio** uma mera referência de calendário, que significa ausência do local de trabalho justificada e remunerada a tarifário pleno - **Sem Mais !**

Convirá, para estes, recordar que bastará visionarem um jornal televisivo, para constatarem que situações de guerra, migrações forçadas, caos económico, crise humanitária, escassez de bens de consumo essenciais, recursos naturais e energéticos, são fenómenos que estão “a bater só à porta do vizinho”.

Há que olhar para os dados adquiridos, com respeito pelos que lutaram para que isso seja possível, permanecendo vigilantes e empenhadamente atentos às tentativas fraudulentas e infundadas de retirada dos mesmos direitos. Estes são a consequência de um elevado sentido de responsabilidade, quanto ao respetivo desempenho, que deverá fundamentar-se numa ótica de solidariedade pela razoável divisão de trabalho e proveitos justos.

Viva os Trabalhadores!

Viva o 1º de Maio!



Recomendação

Informação e Transparência na gestão do património municipal

Considerando que:

Muito do património municipal (terrenos e edifícios com diferentes fins e em diferentes estados de conservação), fruto de decisões tomadas por sucessivos executivos ao longo de décadas, em parte está cedido, seja a título oneroso ou gratuito, a diversas entidades, associações, fundações, etc.; ou está devoluto.

Atualmente a Assembleia Municipal de Sintra e as respetivas Assembleias de Freguesia, não têm informação atualizada e sistematizada sobre essas cedências, respetivos beneficiários, condições e prazos de permanência, nem sobre os devolutos.

No contexto atual, e mais do que nunca, é imperativo garantir que todo o património municipal seja mobilizado para prossecução dos fins de interesse público a que deve estar sujeito, e que a sua gestão responda aos princípios da boa administração e da transparência.

Os serviços municipais competentes devem organizar e manter atualizadas as listagens dos diferentes imóveis.

O Grupo Político Municipal da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Queluz Belas, na sua reunião de 26 de Abril de 2023 delibere instar a Câmara Municipal de Sintra a:

1. Remeter à Assembleia de Freguesia a listagem de todos os edifícios e/ou terrenos municipais que se encontrem cedidos, a qualquer título que seja, a Associações, Fundações, IPSS, ONG's e outras entidades terceiras que se encontrem em território da Junta de Freguesia;
 - a) nessa listagem constem as respetivas condições e finalidade da cedência;



- b) Que esta lista esteja publicada na página de internet da Câmara Municipal, para que a mesma possa estar facilmente acessível a quem a queira consultar e consequentemente sujeita a um maior escrutínio;
2. Remeter à Assembleia de Freguesia a listagem com a quantificação de todos os edifícios e/ou terrenos municipais que se encontrem devolutos, ou sem uso, sem qualquer georreferenciação para proteção dos referidos imóveis.

Belas, 26 de abril de 2023

Vogal da Iniciativa Liberal, Pedro Rola.



Moção

Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho.

Os sinais dessa degradação são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência.

Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O Governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos.

De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública.

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da

Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas quem pode assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas.

O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Queluz e Belas, reunida em 26 de Abril de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente.
2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.
3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente.
4. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Governo e às Centrais Sindicais.



Eleitos do Bloco de Esquerda na União de Freguesias de Queluz e Belas,
Jorge José e Paulo Mourão



MOÇÃO

Pelas Crianças e Jovens da União das Freguesias de Queluz e Belas

O Relatório de Atividades da CPCJ Oriental relativo ao ano de 2022 revelou dados alarmantes acerca das situações de perigo para crianças e jovens na sua área de intervenção, nomeadamente na União das Freguesias de Queluz e Belas.

Considerando que:

1. As situações de perigo não só aumentaram drasticamente em 2022 como também se agudizaram;
2. 34,8% dos casos registados pela CPCJ Oriental estão localizados na União das Freguesias de Queluz e Belas, tendo esta freguesia registado o maior número de casos do Concelho de Sintra (710);
3. A União das Freguesias de Queluz e Belas teve o maior aumento no número de casos sinalizados (6,1%);
4. A maior parte dos casos na União das Freguesias de Queluz e Belas correspondem a exposição a situações de risco, abandono escolar, absentismo e negligência;
5. A saúde mental em crianças, jovens e famílias não tem tido resposta adequada;
6. As condições socioeconómicas das famílias se agravaram, potenciando situações de risco para crianças e jovens;
7. A CPCJ Oriental não possui os meios humanos e materiais necessários para fazer face aos números apresentados;

A Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas delibera:

- a) Recomendar ao executivo da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Queluz e Belas a disponibilização permanente de uma viatura à CPCJ Oriental, em articulação com as restantes freguesias dentro da área territorial desta organização;
- b) Pressionar a Câmara Municipal de Sintra no sentido de reforçar os meios humanos e logísticos, tão necessários à prossecução da defesa das crianças e jovens, de forma a reduzir o número de casos atribuídos por técnico;
- c) Solicitar junto das instituições envolvidas o reforço da intervenção em contexto escolar, nomeadamente no que diz respeito aos apoios sociais e psicológicos;
- d) A ser aprovada, esta moção deverá ser enviada às Juntas de Freguesias das freguesias inseridas na área territorial da CPCJ Oriental (Aigualva e Mira-Sintra, Cacém e São Marcos, Casal de Cambra, Massamá e Monte Abraão e Queluz e Belas), à Câmara Municipal de Sintra e à CPCJ Oriental.

MOÇÃO

Pelo Direito à Habitação na Freguesia de Queluz-Belas

Considerando que:

1. A Habitação é um direito inalienável, consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa;
2. O preço por metro quadrado das casas à venda na União das Freguesias de Queluz e Belas tem vindo a aumentar de forma consistente, tendo atingido em março de 2023 o valor de 2.239 €/m², mais 12% do que no período homólogo do ano passado e um máximo histórico;
3. O preço das casas em arrendamento na União das Freguesias de Queluz e Belas tem vindo a aumentar de forma consistente, tendo atingido em março de 2023 o valor de 11 €/m², mais 25% do que no período homólogo do ano passado e um máximo histórico;
4. A taxa de inflação em Portugal ao longo dos últimos meses se tem aproximado dos 10%, condicionando ainda mais o poder de compra;
5. Apenas um aumento da oferta privada e pública poderá recolocar os preços em valores acessíveis à generalidade da população;
6. As autarquias locais podem desempenhar um papel crucial nos mecanismos de apoio transitório à procura;
7. Existem vários imóveis públicos devolutos na freguesia, nomeadamente o do antigo Centro de Saúde de Queluz;
8. A oferta pública e privada de habitação no concelho de Sintra e na União das Freguesias de Queluz e Belas é limitada.

A Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas delibera:

- a) Solicitar ao executivo da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Queluz e Belas que faça um levantamento dos imóveis públicos destinados à habitação localizados dentro dos limites geográficos das freguesias de Queluz e Belas, ocupados e devolutos;
- b) Exigir à Câmara Municipal de Sintra a agilização dos processos de licenciamento e o aumento dos incentivos à reabilitação urbana com fins habitacionais;
- c) Exigir à Câmara Municipal de Sintra que negocie com a ARS-LVT a aquisição do imóvel habitacional da Rua dos Lusíadas onde se situou o Centro de Saúde de Queluz, e que o processo de reconversão para habitação seja incluído no PRR;
- d) A ser aprovada, esta moção deverá ser enviada à Câmara Municipal de Sintra, ao IHRU e à ARS-LVT.



Proposta de Recomendação

Revisão do Regulamento de Taxas e Outras Receitas da União de Freguesias de Queluz e Belas de modo a promover a igualdade no tratamento dos cidadãos imigrantes

Os atestados de residência são uma importante porta de acesso ao reconhecimento de direitos da população imigrante. É através do atestado de residência que os e as imigrantes podem tratar de outros documentos, designadamente da autorização de residência.

Dificultar o acesso a esta documentação cria obstáculos no acesso aos direitos sociais, laborais e de saúde.

A população imigrante e as associações que lhe prestam apoio consideram que a aplicação da atual tabela de taxas da Junta de Freguesia da U. F. de Queluz e Belas resulta num tratamento desigual dos imigrantes na obtenção do atestado de residência.

Também um artigo do jornal *Público*, de Joana Gorjão Henriques, intitulado "Junta de Queluz-Belas cobra mais 1233% por atestados a imigrantes não-recenseados" veio chamar a atenção para este tratamento desigual.

Nesse mesmo artigo, consta a apreciação do presidente da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), Jorge Veloso, segundo o qual esta diferença resulta num "valor exorbitante".

A compreensão da dimensão total da disparidade entre valores só é evidente quando somamos a taxa da emissão dos documentos com a taxa cobrada pelas testemunhas.

De acordo com a atual tabela de taxas, uma pessoa não recenseada na União de Freguesias paga 10 euros pela emissão do atestado de residência.

A estes 10 euros somam-se mais 20 euros por cada testemunha.

Ao passo que um cidadão recenseado paga 3 euros e 50 cêntimos pela emissão do atestado, sendo que por estar recenseado não precisará de testemunhas.

Nesse sentido, a diferença não é entre 3 euros e 50 cêntimos, para um ato, e 10 euros para outro.

A diferença é entre 3 euros e 50 cêntimos para o cidadão recenseado e 50 euros para o cidadão não recenseado.

E, mesmo que o cidadão recenseado precise de testemunhas para alguma das matérias previstas no regulamento, irá pagar 1 euro e 50 cêntimos por cada testemunha, ou seja muito menos do que os 20 euros exigidos para cada testemunha aos cidadãos não recenseados.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Queluz e Belas deve promover a correção deste erro em nome do respeito pelos princípios da igualdade e no reconhecimento da composição plural da sua população.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Queluz e Belas, reunida a 26 de abril de 2023, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

Recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que proceda à alteração do Regulamento de Taxas e Outras Receitas da União de Freguesias de Queluz e Belas no sentido da correção da disparidade de taxas cobradas aos cidadãos não recenseados.



Eleitos do Bloco de Esquerda na União de Freguesias de Queluz e Belas,
Jorge José e Paulo Mourão



CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Moção - Centro de Saúde de Belas

No dia 13 de Janeiro de 2014 encerrou o Centro de Saúde Belas, ao longo dos anos esta unidade de saúde foi-se degradando perante o desespero da população de Belas, sem que os responsáveis pelos sucessivos Governos, tivessem tomado qualquer tipo de medida tendente à minimização daquela degradação, ou que permitissem a construção de uma nova unidade na área da Freguesia de Belas.

A incúria, o abandono, o insistir em não querer encontrar uma solução capaz fez com que aquela unidade fosse encerrada e transferidos os seus utentes para Monte-Abraão.

Os utentes afetados por esta medida, na sua larga maioria idosos, reformados e pensionistas, continuam, passados quase 10 anos, confrontados com um calvário para se poderem deslocar até ao Monte Abraão.

A obra em curso de remodelação da Centenária Escola Primária de Belas para a sua transformação no novo Centro de Saúde para Belas, por parte da Câmara Municipal de Sintra, revela diversas insuficiências, nomeadamente nos acessos pedonal e automóvel, dificultando o acesso a idosos, pessoas com mobilidade reduzida e mesmo o acesso a veículos de socorro.

É importante referir que, apesar da iniciativa municipal de construção do Centro de Saúde, o equipamento não é, por si só, suficiente para sanar a principal debilidade. Não se resolve o problema do acesso aos cuidados de saúde primários, sem resolver a falta de profissionais de saúde, essenciais ao seu funcionamento, e que são de responsabilidade do Estado.

Segundo os dados disponibilizados no site do Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (<https://bicsp.min-saude.pt>), em dezembro de 2022, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Belas (a funcionar no Monte Abraão), tinha **35.119 utentes inscritos**, destes, **23.558** eram utentes sem médico de família o que correspondia a praticamente **67,08%** dos utentes inscritos. Estavam ao serviço nesta unidade 8 médicos de família.

Com a nova orgânica, desde janeiro de 2023, foi criada a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Monte Abraão que absorveu cerca de 30% dos utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Belas.

Hoje, temos na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Belas **25.256 utentes inscritos**, destes, **24.239 não têm médico de família**, o que corresponde a **95,97%** dos utentes inscritos. Está ao serviço 1 médico de família. Dados do Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (<https://bicsp.min-saude.pt>).

Na Assembleia de Freguesia de 11 de abril questionado o executivo pela bancada de CDU sobre este assunto foi informado pela Exma. Sra. Presidente da Junta de Freguesia que a mesma não tem conhecimento destes números, que os números são outros muito inferiores, de acordo com a informação da ACES Sintra. Informou também que, de acordo com a mesma fonte, o novo Centro de Saúde de Belas, que ainda não se sabe quando vai ser inaugurado e apetrechado para iniciar o funcionamento, irá ter 4 médicos contratados.

Os Médicos de Família existentes na UCSP de Belas são insuficientes sendo que, para se cumprir os rácios (1917 Unidades Ponderadas por Médico de Família), serão necessários 15 Médicos de Família.

Assim, a bancada da CDU propõe que a Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas, reunida em sessão no dia 26 de abril de 2022, delibere:

- Exigir à Câmara Municipal de Sintra a conclusão célere das obras do Centro de Saúde de Belas e a entrega do mesmo ao Ministério da Saúde.
- Exigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, a receção célere do Centro de Saúde de Belas e o seu apetrechamento com os meios físicos necessário para o seu funcionamento.
- Exigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, a contratação dos Médicos de Família, Enfermeiros e Funcionários Administrativos em número suficiente e de acordo com os rácios para o funcionamento desta unidade de saúde, cumprindo desta forma uma das conquistas do 25 de abril de 1974, o direito à Saúde sagrado na Constituição Portuguesa.
- Solicitar ao ACES Sintra que informe esta Assembleia de Freguesia o número de Utentes inscritos e número de Unidades Ponderadas na UCSP de Belas, assim como a quantificação dos Médicos de Família, Enfermeiros e Funcionários Administrativos afetos a esta UCSP de Belas.

A remissão da presente moção, uma vez aprovada, deverá ser efetuada para os seguintes órgãos de soberania e entidades:

- Ministério da Saúde;
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT);
- Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra (ACES Sintra);
- Câmara Municipal de Sintra e Assembleia Municipal de Sintra;
- Grupos parlamentares da Assembleia da República;

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas.

**Saudação****Dia Internacional da Mulher**

O Dia Internacional da Mulher, que se realizou em 8 de março, mantém a sua atualidade e importância: as desigualdades, discriminações e violências sobre as mulheres permanecem como uma realidade no Mundo que importam denunciar no Dia Internacional da Mulher (e nos outros dias todos do ano).

Em Portugal, os obstáculos permanecem e impedem a igualdade no trabalho e na vida patentes na precariedade laboral, na desvalorização do trabalho das mulheres, das suas competências e carreiras.

As estatísticas demonstram que as mulheres ganham menos, têm trabalhos mais precários, o que gera pensões de reforma mais baixas, perpetuando-se assim a desigualdade mesmo na velhice.

Sendo que, ao contrário do que se possa pensar, é entre os trabalhadores mais qualificados que o diferencial salarial é maior, em termos percentuais: falamos de uma diferença de 24,5% entre os quadros superiores.

As mulheres não só ganham menos como tendem a ser mais afetadas com situações de desemprego e de precariedade laboral. De acordo com as estatísticas do IEFP que se reportam a março de 2023, também no concelho de Sintra existem mais mulheres desempregadas – cerca de 6000 - do que homens – cerca de 4000.

Estas condições laborais têm muitos impactos, tornando, nomeadamente, as mulheres mais permeáveis a situações de emergência social em que se torna necessário as entidades públicas agirem. Isto é confirmado pela Informação Escrita da Senhora Presidente do 1.º Trimestre de 2023: 384 pessoas procuraram apoio junto do Gabinete de Ação Social da União de Freguesias, sendo 89 destes homens e 295 mulheres.

Comemorar o 8 de março é dar força à luta das mulheres de todos os dias na exigência de igualdade no trabalho e na vida, pelo cumprimento dos seus direitos.

Assim, saudamos todas as mulheres que vivem, estudam e trabalham na União de Freguesias de Queluz e Belas, e dizemos daqui que podem contar hoje e sempre com a CDU.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas